

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

-----**ATA NÚMERO SESSENTA E UM**-----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e quinze e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, primeira reunião, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva e pela Excelentíssima Senhora Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nune da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo

DRAFT

Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Ruas Pires, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Sandra Cristina Andrade, Maria Margarida Matos Mota, João Diogo Santos Moura, Luís Graça Gonçalves, António José Amaral Ferreira de Lemos, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Luís Alberto Lucas Lopes e Inês Alves Guerra Moniz de Bettencourt.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrário*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota.-----

----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Duarte Carreira.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Inês Bettencourt.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Ambrósio.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Gomes.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), entre 23 e 27 de março de 2015, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN), entre 12 de março e 2 de abril de 2015, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Alberto Lopes. -----

----- Foi justificada a falta do Deputado Municipal Miguel Santos à 59ª reunião da AML (35ª sessão extraordinária), realizada em dez de março de 2015. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Manuel Salgado, Graça Fonseca e Paula Marques. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dezanove minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Maria Luísa Redol Silva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora, uma boa tarde a todos. Eu venho mais uma vez apresentar a minha reclamação sobre os pombos nas minhas ruas, esta luta que já vem de há anos, nada tem melhorado, bem pelo contrário, está cada vez pior. -----

----- Há tempos atrás tive contacto com funcionários vossos sobre este tema, posso citar além de outros a vossa colaboradora Sofia Norberto, nessa altura a Câmara vinha periodicamente fazer recolha destes animais, o que melhorava a situação e que hoje não vejo acontecer. -----

----- O prédio onde resido, no Bairro das Colónias, é de gaveto abrangendo as Ruas Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe e tem uma área de aproximadamente 800 metros quadrados. Levou manutenção há mais ou menos quatro anos, bastante dispendiosa, como é de calcular para uma área tão grande, está a ser conspurcado pelos pombos que são cada vez mais. -----

----- Quero-vos informar que esta situação se deve em grande parte a uma munícipe que reside na Rua da Ilha do Príncipe, no número 11, rés-do-chão direito. Esta Senhora, que em tempos foi interpelada pelos vossos serviços relativamente à sua atitude continua alimentando os pombos e agora de uma maneira mais descarada, sem precisar de se esconder deita alimento seu, pão ou outra coisa e tem um recipiente com água no portão contíguo à sua porta. -----

----- Depois de o ter feito, com muita altivez, de cabeça bem erguida segue como se nada tivesse acontecido. -----

----- Ora, nós munícipes não podemos estar entregues ao capricho e desrespeito da pessoa em questão.-----

----- Peço-vos mais uma vez a vossa intervenção, é preciso advertir esta munícipe que terá de cumprir as regras da civilização e não os seus caprichos. Eu amo o meu bairro, a minha rua, o meu prédio e também esta cidade. Por favor vamos contribuir para a sua boa manutenção. Obrigado por esta oportunidade.” -----

----- **O Senhor Albano Almeida** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, eu Albano Rosa de Almeida, representante dos moradores do Bairro da Horta Nova, dizer que os moradores do Bairro da Horta Nova tomaram a iniciativa de se unirem à Associação SOS Animal pela abertura do primeiro Hospital

Veterinário Solidário de Portugal, que se encontra terminado e com todas as normas regulamentares e certificados exigidos desde setembro de 2014.-----

----- Os moradores não aceitam o facto deste nunca mais abrir e tomamos conhecimento que o mesmo não está a funcionar por apenas a falta de emissão de acreditação do Diretor Clínico, que deverá ser feita pela Ordem dos Médicos Veterinários. -----

----- O Bairro da Horta Nova, bem como os bairros com o mesmo enquadramento social são habitados por pessoas com carências económicas mas que à semelhança de outras pessoas têm animais e preocupam-se com eles. Lamentavelmente não têm o orçamento familiar para cuidar dos seus animais em hospitais ou clínicas veterinárias, com preços inacessíveis à esmagadora maioria dos habitantes do bairro.-----

----- Para este ser um projeto social com valorização do nosso bairro, criação de postos de trabalho e uma ajuda indispensável aos animais e à saúde pública do bairro, estranhámos também a não intervenção ou a falta de atenção da Câmara Municipal de Lisboa que tem evidenciado, visto ser um projeto que irá beneficiar todos os municípios de Lisboa, sem qualquer tipo de encargos para a Câmara de Lisboa.-----

----- Tendo em conta tantos projetos e isenções que esta Câmara disponibiliza, avultadas somas de orçamento camarário, aqui só se pede atenção institucional.-----

----- Para este efeito, enquanto moradores de um bairro carenciado e tendo dificuldades económicas e querendo muito que este projeto avance rapidamente, decidimos fazer um abaixo-assinado de forma a solicitar também uma atenção redobrada e ajuda por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa devia apoiar estas organizações que sem pedir nada em troca se dedicam a comunidades e não lhes virarem as costas. Agradecido. Boa tarde.”-----

----- **A Senhora Sandra Duarte Cardoso** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, boa tarde, o meu nome é Sandra Duarte Cardoso, sou Presidente da SOS Animal, uma associação que há mais de dez anos que colabora ativamente com o Município de Lisboa.-----

----- A nossa associação foi pioneira em desenvolver atividades com o Canil de Lisboa, agora chamado Casa dos Animais de Lisboa, promovendo a adoção dos animais e estimulando boas práticas dos municípios e dos colaboradores do Canil para com os animais. -----

----- Em 2008 a nossa Associação solicitou um espaço à Câmara de Lisboa para criar a sua sede de forma a desenvolver as suas atividades com os animais e com a população, nomeadamente o tratamento dos animais.-----

----- Apenas em 2011 foi-nos atribuído o espaço, este devido ao seu avançado estado de degradação levou-nos três anos para a construção do Primeiro Hospital Veterinário Solidário em Portugal. Este está completo, sem qualquer tipo de colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, quando eu digo qualquer tipo de colaboração é pagamento ativo ou ajuda com as obras, está completo desde dia 1 de setembro. -----

----- O intuito do Hospital é trabalhar de perto com a comunidade, comunidades estas que são carenciadas do ponto de vista económico, mas que como qualquer outra pessoa gostam dos seus animais e têm os seus animais consigo. -----

----- O Bairro da Horta Nova, que é onde nós estamos inseridos, tem uma população de animais, cães e gatos, muito elevada, tanto dentro das portas das pessoas como na rua, animais que não são de ninguém e que morrem aos olhos dos moradores. -----

----- Alguns dos moradores estão cá hoje presentes, retiram do seu pouco dinheiro para ajudar estes animais, muitas vezes deixando eles próprios de ter outras coisas como comida, medicamentos, etc.. -----

----- Desde setembro de 2014 que o nosso Hospital se encontra finalizado, já foi informado o Senhor Presidente Doutor António Costa, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro e a Senhora Vereadora Paula Marques. Até agora não conseguimos abrir apenas e só porque a Ordem dos Médicos Veterinários se encontra a boicotar esta iniciativa com manobras inconstitucionais e ilegais, é a primeira vez que vai existir um Hospital para pessoas que não têm como pagar os preços que são praticados ilegitimamente pelos hospitais privados. -----

----- Apelámos já por diversas vezes para que a Câmara Municipal de Lisboa, como uma das interessadas em ter assistência social em Lisboa para os animais, mas não só, estamos a falar de saúde pública, meus senhores, a raiva é uma zoonose que mata em 24 horas, o tétano mata também e muitas outras zoonoses que hoje eu vejo no bairro da Horta Nova e como médica veterinária acho inaceitável as crianças padecerem de sarna, padecerem de outras infeções que são passadas pelos animais e porque os pais simplesmente não têm dinheiro para levar os animais ao veterinário. -----

----- Até à data não temos sido alvos de nenhuma diligência de forma a reforçar a necessidade deste Hospital neste bairro e por isto hoje estamos aqui. -----

----- Neste sentido e a pedido também na nossa comunidade, da comunidade do Bairro da Horta Nova e Padre Cruz vimos solicitar mais uma vez à Câmara Municipal de Lisboa que se importe realmente com os animais e com as pessoas que amam os animais. Até à data estes animais ou têm tutores que podem suportar os seus custos de tratamentos ou morrem sem assistência. -----

----- Quero-vos lembrar que muitas pessoas, a única companhia que têm é o seu gato ou o seu cão e elas têm que assistir dolorosamente à morte penosa e dolorosa dos seus animais aos seus olhos. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Foram apresentados dois votos de pesar em memória de Herberto Helder, um pela Deputada Municipal Helena Roseta e outro pelo Grupo Municipal do PEV. Queria, além disso, dizer que os votos de pesar são também subscritos pela Mesa e por todas as bancadas, o que é sintomático, porque efetivamente Herberto Helder é um dos maiores poetas da Língua Portuguesa. -----

----- **Voto de pesar nº1 e apelo** -----

----- **Em memória do poeta Herberto Helder** -----

“----- *Herberto Hélder é um dos poetas maiores da língua portuguesa. A sua morte priva-nos do potencial criativo e genial de uma voz única na poesia contemporânea, mas não nos priva de poder continuar a aceder à sua obra.* -----

----- *É por todos sabido que Herberto sempre se afastou voluntariamente da fama e dos holofotes mediáticos. Preferiu a solidão e o recato. O autor de livros míticos como, entre outros, “Photomaton&Vox”, “Os passos em volta” ou “Servidões”, incensado pela crítica, recusou em vida todas as honrarias e prémios, desde o Prémio Pessoa a muitas outras homenagens que lhe quiseram fazer. Em janeiro de 2001, juntou-se a vários poetas e artistas para recusar com veemência a ideia da Câmara Municipal de Oeiras lhe erguer uma estátua no Parque dos Poetas. Na altura, enviou um bilhete ao jornal Expresso para informar “que não lhe apetecia viver num parque”. E publicou um texto indignado, intitulado “Os poderes”, no jornal “A Phala” (nº 83, janeiro/fevereiro de 2001).*-----

----- *No dia triste em que registamos o seu falecimento, oiçamos com respeito e humildade excertos dessa sua mensagem sobre o poder da poesia e o poder dos autarcas:* -----

----- *“O poder de um poema diz respeito ao mundo, e por isso se considera a poesia uma atividade perigosa. A política é anódina porque o seu objeto não é o mundo, mas uma ficção do mundo. Conseguimos então conceber um político – seja qual for a escala -, um autarca, por exemplo, erguendo-se sobre o funcionamento dos esgotos da autarquia ao mesmo tempo que joga com imagens do mundo: poemas, os autores, a territorialidade (...) Ao invés de qualquer político, mesmo um pequeno político, se é que existem «grandes políticos», qualquer poeta tem de ser humilde, pois sabe que depende do mundo em termos incertos, perigosos, quer dizer: segundo as forças e formas em que o mundo depende dele, autor de poemas, de pactos com o mundo.”*-----

----- *A Assembleia Municipal reunida em 24 de março de 2015 delibera, em nome dos cidadãos lisboetas que representa, aprovar um voto de pesar pelo fim da vida do poeta Herberto Hélder, exprimir os seus pêsames à família e apelar a que todas as escolas e bibliotecas da cidade de Lisboa promovam o acesso alargado à sua obra, que mantém e manterá vida enquanto houver livros, leitores e língua portuguesa.*-----

----- *Lisboa, 24 de março de 2015*-----

----- *A Deputada Municipal Independente - Helena Roseta*----- ”

----- **Voto de pesar nº2** -----

----- **“Herberto Hélder”** -----

“----- *Faleceu ontem o poeta e ficcionista Herberto Hélder, de seu nome completo Herberto Hélder Luís Bernardes de Oliveira. Nasceu a 23 de Novembro de 1930, no Funchal, tendo vindo inicialmente para Lisboa em 1946. Para além de ser um dos mais originais da língua portuguesa, era considerado um poeta central da poesia portuguesa da segunda metade do século XX, situando-se a sua escrita no âmbito de um surrealismo tardio.* -----

----- *Em 1954, após a publicação do seu primeiro poema em Coimbra, regressa à Madeira onde começa por desempenhar funções como meteorologista. Durante esse período trabalha ainda como propagandista de produtos farmacêuticos e redator de*

publicidade, vivendo com rendimentos baixos. Três anos mais tarde, em 1958, publica o seu primeiro livro “O Amor em Visita”. Durante os anos que se seguiram vive em França, Holanda e Bélgica, países nos quais exerce profissões pobres e marginais. Repatriado em 1960, torna-se encarregado das bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian. Homem de vários ofícios, foi também jornalista, tradutor e apresentador de programas de rádio. -----

----- Em Lisboa frequentava o círculo modernista do Café Gelo, no Rossio, onde privava com personalidades como Mário Cesariny, Luiz Pacheco, António José Forte, João Vieira ou Hélder Macedo. Colaborou em diversas publicações, como Graal e Pirâmide. Co-organizou os cadernos antológicos 1 e 2 de Poesia Experimental, marco histórico da poesia portuguesa. Em 1968 publica “Apresentação do Rosto” que seria suspenso pela censura. A sua poesia integra a herança do surrealismo, de Rimbaud e dos Contos de Maldoror de Lautréamont. -----

----- A sua última obra "A Morte Sem Mestre" foi publicada em 2014, um ano depois de "Servidões". Entre as peculiaridades da sua vasta obra está o facto de os seus livros terem apenas uma edição. Em 1994 foi o vencedor do Prémio Pessoa, tendo recusado a distinção. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera: -----

----- prestar um minuto de silêncio e enviar condolências à família do poeta;-----

----- recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que atribua uma indicação toponímica na cidade com a designação de “Herberto Hélder - poeta”.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 24 de Março de 2015 -----

----- O Grupo Municipal de “Os Verdes”- Cláudia Madeira e J. L. Sobreda Antunes - ”

*----- **O Senhor Presidente em exercício** submeteu à votação o **Voto de Pesar nº1**, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Helena Roseta, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade e aclamação.***-----

*----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar nº2**, apresentado pelo PEV, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade e aclamação.***-----

----- (Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em homenagem a Herberto Hélder) -----

*----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA*** -----

*----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 7/CM/2015 - FIXAÇÃO DE FATORES DE PONDERAÇÃO, A INTRODUIR NA FÓRMULA DE CÁLCULO DAS COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS PREVISTA NO ARTIGO 63.º-B DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE LISBOA, QUE INCENTIVEM A REABILITAÇÃO URBANA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 63.º-B DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE LISBOA; 2 X GRELHA BASE – 68 MINUTOS; (PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE);***-----

----- (O texto da Proposta 7/CM/2015 fica anexado a esta Ata como anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da terceira Comissão referente à Proposta 7/CM/2015 fica anexado a esta Ata como anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Porquê alterar o fator F na fórmula de cálculo das compensações?-----

----- Foi em 1999, com o Decreto-Lei 555, que se estabeleceu que no licenciamento de operações urbanísticas, loteamentos, operações de impacto relevante e operações semelhantes a loteamentos, os promotores fossem obrigados à cedência de áreas para espaços verdes e equipamentos. Diz também a Lei que no caso de não ser possível essa cedência no local da intervenção, a mesma pode ser substituída pelo pagamento de uma compensação em numerário ou em espécies. -----

----- A verdade é que em Lisboa até 2007, entre 1999 e 2007, nos loteamentos nem sempre se verificaram e as cedências e as compensações eram calculadas nos termos de um edital 122/1993. Nas operações de impacto relevante ou semelhantes a loteamento, por exemplo aquela mega intervenção da Infante Santo, com cerca de 90 fogos, ou Alcântara Rio, com 300 fogos, não foram considerados loteamentos nem operações relevantes, nem equivalentes a loteamentos e, portanto, não tiveram nenhuma cedência nem foram objeto de pagamento de nenhuma compensação. -----

----- Foi por isso que quando este Executivo tomou posse, uma das primeiras medidas em que se pôs a trabalhar foi fazer o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação que a Lei obriga, para que pudessem ser cobradas as cedências e compensações.-----

----- Definiu-se como regra que a prioridade é dada à cedência e não ao pagamento das compensações e em 16-02-2008 foi aprovada a primeira versão do RMUEL, que permitiu que a partir de então comesçassem a ser cobradas compensações em operações de impacto relevante e operações semelhantes a loteamento. -----

----- Nos últimos anos foram aprovados vários regulamentos que têm a ver com o urbanismo. As Taxas Urbanísticas em 24-07-2012, já uma revisão, o RMUEL que teve uma primeira revisão em 12-03-2013, o mecanismo de incentivos ou créditos, como se tem chamado, em 21-05-2013, o Regulamento de Ocupação de Via Pública de 21-10-2014 e o Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público que está neste momento em relatório de avaliação da consulta pública para submissão à Câmara.-----

----- O que é o fator F? -----

----- De acordo com o RMUEL, o objetivo do fator F, e agora cito: ‘É utilizar as cedências e compensações como formas criteriosas de prosseguir necessidades de requalificação da cidade e do espaço de utilização coletiva e de estímulo a comportamentos, discriminando positivamente os projetos urbanísticos que contribuam para melhorar o espaço público. -----

----- O fator F foi um fator que se introduziu na fórmula de cálculo para estabelecer de quatro em quatro anos, aprovado pela Assembleia Municipal, que tem em conta exatamente a situação, a conjuntura económica, social da cidade, tem em conta objetivos de política urbanística e que cabe à Assembleia defini-los, exatamente para discriminar positivamente as operações que entende serem de maior importância. -----

----- Com o modelo matemático que foi construído procurava-se que o valor das compensações rondasse entre os 60 a 70 euros por metro quadrado de cedência em falta e a fórmula que foi construída previa exatamente o coeficiente de localização calculado de acordo com o Código do IMI, o índice de edificabilidade e um índice médio que foi fixado em 03 para as áreas consolidadas e 05 para as áreas a consolidar.

----- O que é que sucedeu com a monitorização que foi feita este ano da aplicação destes valores a cerca de 54 casos em que esta fórmula foi aplicada? -----

----- Verificou-se que há um número muito restrito em que estes valores ultrapassaram largamente aquilo que estava previsto e depois uma larga maioria, cerca de 80 a 90% das intervenções, em que efetivamente se mantêm estáveis dentro dos valores que a fórmula tinha considerado. -----

----- Onde é que existem estas discrepâncias maiores?-----

----- Existem em duas situações. Primeiro nas AUGIs, onde efetivamente não há área para ceder e como estão consideradas no PDM como áreas a consolidar tinham um fator F muito elevado e por isso verificámos uma discrepância enorme entre aquilo que é a capacidade nesse caso dos proprietários dos lotes e os valores que se obtinham.-----

----- Uma segunda situação são as áreas que já foram urbanizadas, já foram construídas e que já no PDM de 1994 foram consideradas como áreas a reverter, que no início dos anos 2000 foram demolidas e são hoje feridas na cidade, em que tudo o que lá existia foi destruído. É o caso da 24 de Julho, caso de Alcântara, caso de algumas zonas das Amoreiras. -----

----- Foram estas situações onde se detetou que fazia todo o sentido uma alteração ao fator F e queria referir que esta alteração não tem nada a ver com as áreas de cedência, porque em todos os planos as áreas de cedência são definidas em função das cartas de equipamentos que foram aprovadas pela Câmara, são aprovados os planos com essas áreas definidas e, portanto, todos os planos que estão aqui referenciados têm já os espaços para os equipamentos que são necessários. A compensação destina-se exatamente a cobrir a diferença entre aquilo que foi efetivamente cedido e o índice médio da cidade, 03 nas áreas consolidadas e 05 nas áreas a consolidar. -----

----- A proposta que está em cima da Mesa propõe que nas áreas dos BIP/ZIP o coeficiente baixe para 01 em vez de 05, aliviando muito aquilo que é a pagar de compensações. Em contrapartida, nas áreas que já foram infraestruturadas e que neste momento estão disponíveis, aquilo que se propõe é baixar o índice de 05 para 03 e é preciso lembrar que em todas estas áreas cabe ao loteador ceder gratuitamente ao Município os terrenos necessários para suprir as carências de espaços verdes e equipamentos coletivos, de executar as obras de urbanização e de arranjos de superfície, de pagar a TRIU e ainda de pagar o diferencial entre as áreas efetivamente cedidas e o índice médio fixado no PDM. -----

----- Aquilo que no fundo estamos a propor é que seja igualado o valor das compensações em relação à totalidade da cidade...”-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Senhor Vereador, eu queria só sinalizar que está a esgotar o tempo cedido pelo PS, que naturalmente também quer ficar com algum tempo para intervenção.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Senhor Presidente, eu agradeço que me chame à atenção, mas tenho pena de não ter podido explicar isto na Comissão, porque a verdade é que a Comissão nunca me pediu para ir lá explicar. Eu acho que era importante nesta decisão poderem ficar as coisas claras.-----

----- Foi levantada aqui uma questão, que não só estávamos a perder receita como estávamos a criar uma mais-valia em relação a estes terrenos. Eu peço imensa desculpa, mas a questão da mais-valia foi criada em 1994, quando se admitiu que as áreas pudessem ser transformadas em áreas com novos usos, nomeadamente áreas que eram industriais e que passaram a ser áreas de usos de habitação, comércio e serviços. Foram criadas mais-valias quando foi demolido tudo o que lá estava e que não há alternativa a não ser construir de novo.-----

----- Aquilo que pretendemos é igualizar os valores das compensações e, no fundo, fazer aquilo que a Lei dos Solos propõe, Lei 31/2014, que é rentabilizar as infraestruturas existentes, levando a que se oriente a construção para os vazios urbanos da cidade.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** apresentou o parecer da Terceira Comissão referente à Proposta 7/CM/2015 e que consta como anexo 1 à presente Ata.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD):**-----

----- “Há propostas que vêm a esta Assembleia e que nos enchem de orgulho, porque são a favor da cidade, são a favor do seu desenvolvimento, da igualdade e da transparência. Há outras propostas que nos deixam indiferentes e às vezes abtemos, ou votamos contra ou a favor por meras circunstâncias de natureza política, mas há outras que nos devem envergonhar e esta é uma delas, na medida em que esta pretende única e exclusivamente favorecer todos aqueles que já foram favorecidos, pretende favorecer aqueles que por força da mudança de usos vão ter uma mais-valia fabulosa relativamente àquilo que são os seus interesses naquilo que é a sua capacidade de realizar obra.-----

----- Esta fórmula que é muito complexa, tem vários fatores, tem a ver com a localização, tem a ver com o número de metros quadrados, tem a ver com uma série de circunstâncias, tem o tal fator F que daqui para a frente tem que mudar de nome e chamar-se “fator S”.-----

----- Este fator F foi definido em 2013 e tinha 0,3 para as áreas consolidadas e 0,5 para as áreas a consolidar. Entendeu-se agora, e bem, que o 0,3 pudesse passar para 0,1 em relação às AUGIs, em relação às BIP/ZIP, em relação àquelas zonas em estado de pobreza que é quase impossível os proprietários poderem suportar os custos com as compensações. Por isso a Câmara e muito bem, e a Assembleia deverá aprovar essa alínea, entende que deverão ser beneficiados.-----

----- Mas depois vai beneficiar os grandes fundos de investimento? Vai beneficiar as famílias Espírito Santo e outras tais? Vai beneficiar a Matinha? Vai beneficiar em

Alcântara o Grupo Mello? Vai se calhar beneficiar o Grupo Espírito Santo Saúde. Mas como é que é e porquê? Quando o RMUEL dizia que isto seria alterado de quatro em quatro anos. Porquê esta pressa? Qual é a necessidade? Porque vem a seguir a esta Assembleia o contrato de urbanização da Matinha? Será por isso? E pretende-se aí exatamente favorecer quem vai construir o *filé mignon* daquilo que é a área da Matinha? -----

----- Esta proposta envergonha-nos e só temos um voto, votar contra o ponto das áreas a consolidar. Ou seja, votar contra a descida de 0,5 para 0,3 do fator F, que eu sugeria que se passasse a chamar “fator S” por razões óbvias.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):**-----

----- “Esta Proposta pretende a fixação de um fator de ponderação específica de 0,1 quando a operação urbanística ocorra nos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária onde se incluem as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, e de 0,3 nas áreas onde, através dos Planos de Urbanização ou de Pormenor, se preconiza a reconversão urbanística programada de espaços com usos desadequados e obsoletos, como forma de incentivar a reabilitação urbana. -----

----- Ou seja, estamos perante duas tipologias de operações urbanísticas profundamente distintas. -----

----- No primeiro caso pretende-se incentivar a reabilitação de edifícios degradados em áreas urbanas vulneráveis do ponto de vista físico, urbanístico, económico e ambiental, contribuindo para a melhoria das suas condições de habitabilidade e funcionalidade, para a requalificação dos espaços públicos e como forma de promover a inclusão social e territorial. São áreas que necessitam de intervenções sistemáticas de reabilitação e revitalização urbanas e que, atendendo à fraca capacidade económica dos proprietários dessas áreas, devem beneficiar destes incentivos à reabilitação de edifícios degradados. Até aqui, tudo bem. -----

----- O problema começa no segundo caso, onde os instrumentos de gestão territorial existentes já preconizam uma reconversão urbanística programada de tecidos urbanos com espaços e usos desadequados e obsoletos, levada a cabo por grandes promotores imobiliários, não se justificando a aplicação deste fator de ponderação agora proposto. -----

----- Esta medida irá contribuir para, por um lado, reduzir as receitas do município e, por outro, os encargos de construção dos promotores imobiliários. -----

----- Por que está a Câmara tão preocupada com os promotores imobiliários?-----

----- Além disso, poderá representar um défice de áreas para equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, o que não será nenhuma mais-valia para a cidade e para os munícipes. O que a Câmara nos propõe são óbvios prejuízos para o erário municipal. -----

----- Estamos a falar de projetos e empreendimentos privados a construir em grandes áreas urbanas da cidade que já estão abrangidas por Planos em concreto, nomeadamente Matinha, Boavista Nascente, Parque Mayer e Amoreiras. -----

----- Não faz, portanto, qualquer sentido que as compensações sejam reduzidas em terrenos que já tiveram uma valorização astronómica, que transformou zonas industriais em zonas urbanas. -----

----- Não podemos também deixar de realçar o facto de esta proposta aparecer quando alguns grandes empreendimentos de grupos privados estão quase a ser licenciados. Não será este mais um caso de subjugação aos grandes interesses de privados? -----

----- Aliás, há uma pergunta que se impõe e que «Os Verdes» gostariam que fosse respondida: qual o impacto que a aplicação desta proposta teria na arrecadação de receitas municipais, isto, numa altura em que os lisboetas viram surgir um conjunto de novas taxas que lhes vai diretamente ao bolso?! -----

----- Quanto ao argumento do PS de que é uma forma de trazer investimento para a cidade, está por demonstrar que esses investimentos não se fariam caso não houvesse este incentivo. Será, por exemplo, que a sede da EDP não seria feita na Avenida 24 de Julho? Este argumento cai por terra e estamos, portanto, perante uma falácia e, para o demonstrar, lá está a sede da EDP em plena construção. -----

----- Consideramos também que não deve haver a dispensa de cedência de terrenos para espaços verdes ou equipamentos coletivos por parte dos promotores, apesar de prevista nalgumas situações no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, pois estes espaços são indispensáveis para a cidade, tendo repercussões a nível da saúde, das condições de salubridade das habitações e no aumento da impermeabilização dos solos, o que terá depois custos acrescidos e mais graves para todos nós. -----

----- Por estes motivos, «Os Verdes» discordam da alínea b) desta proposta, por considerarmos que não defende os interesses dos munícipes e prejudica claramente o erário municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Rosas (MPT):** -----

----- “Relativamente à proposta que pretende aprovar a definição de um fator de ponderação específico a introduzir na fórmula de cálculo das compensações urbanísticas, que incentive a reabilitação urbana nas zonas da cidade vulneráveis do ponto de vista físico, económico, social e ambiental, bem como nas áreas atualmente expetantes e cujo processo de urbanização se revela determinante para a revitalização urbana da cidade, o Partido da Terra tem a dizer o seguinte:-----

----- Em primeiro lugar gostaríamos de saudar a Câmara Municipal por finalmente ter reconhecido a necessidade de submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, depois de em reunião de Câmara ter demonstrado outro entendimento. Trata-se de uma alteração ao regulamento aprovado por este órgão e qualquer alteração ao documento deve ser ratificada por esta Assembleia. -----

----- Num contexto difícil, onde o setor do imobiliário ainda sente os impactos da crise económica, reconhecemos a necessidade de incentivar a revitalização urbana da Cidade de Lisboa. Continua a existir um vasto leque de espaços desocupados e ao abandono que importa revitalizar em benefício da qualidade urbana da cidade. -----

----- Se a redução proposta na alínea a) não nos oferece grandes objeções, o mesmo não acontece com a redução do ponderador na alínea b). Esta deveria ser mais fundamentada. -----

----- Na globalidade, esta proposta permitirá diminuir os espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva previstos nos planos de urbanização, planos de pormenor, ou através de unidades de execução, assim como as receitas provenientes

das compensações urbanísticas. Em ambos os casos o benefício será em prol do promotor imobiliário.-----

----- No entanto, não podemos esquecer que a Cidade de Lisboa se insere num contexto metropolitano, cujos investidores são livres de escolher o município onde vão realizar a sua operação urbanística. -----

----- Neste sentido, o Partido da Terra defende que a proposta deveria ter sido instruída com informação sobre as práticas realizadas noutros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. A título de exemplo, no concelho vizinho de Oeiras os ponderadores de compensações por metro quadrado são bastante inferiores aos praticados na Cidade de Lisboa e não é por isso que os seus residentes se vêm privados de equipamentos de qualidade e de espaços verdes de referência. -----

----- Em relação à quebra de receitas, verifica-se que se por um lado as receitas diretas por parte do ponderador descem, as outras taxas ligadas à promoção imobiliária, atividade económica e emprego, aumentam, em benefício de uma cidade melhor e mais rejuvenescida. Porém, a Câmara Municipal deveria ter informado do impacto esperado da quebra dessas receitas. -----

----- Em suma, relativamente à alínea b) o Partido da Terra reconhece o objetivo da proposta de redução do ponderador, mas a informação fornecida não é suficiente para acompanhar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):**-----

----- “Na fórmula de cálculo das compensações urbanísticas que consta do RMUEL, quando foi concebido este regulamento estabeleceu-se como primeiro objetivo incentivar a reabilitação urbana e, portanto, privilegiar as intervenções nas áreas consolidadas da cidade. -----

----- Nesta Proposta nº 7/CM/2015, de fixação de fatores de ponderação a introduzir na fórmula de cálculo das compensações urbanísticas, o PCP está de acordo quanto à alínea a) da parte resolutiva da proposta, relativamente ao 01, que diz respeito à diminuição do fator de ponderação para zonas e bairros de intervenção prioritária ou áreas de génese ilegal.-----

----- No fator de ponderação 3, que diz respeito a planos de urbanização ou a planos de pormenor, não estamos de acordo e votaremos contra porque diz respeito a um conjunto de planos em que a diminuição desses fatores de ponderação não só seria prejudicial às receitas municipais, como maiores ganhos ficariam para os promotores, o que não seria justo e positivo para os interesses e futuro do Município, na situação de dificuldades e de pesadas taxas para os habitantes de Lisboa.-----

----- A prática desta Câmara Municipal de beneficiar os especuladores e privilegiados e prejudicar a população com mais taxas, dificuldades e ausência de serviço público, aí está à vista uma proposta que tem um lado positivo e que apoiamos e um lado negativo que não visa, quanto aos planos de urbanização e de pormenor, nem sequer incentivar a habitação a preços adequados para atração de novos jovens habitantes de Lisboa. Trata-se apenas de servir quem tem dinheiro e dar o maior lucro possível àqueles que olham a cidade como paraíso de lucros e de negócios.-----

----- Por tudo isso, propomos que as alíneas a) e b) da parte resolutiva da proposta sejam votadas separadamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND):**-----

----- “Esta proposta é de facto bastante *sui generis*, porque foi primeiramente elaborada e apresentada como uma forma de diminuir os custos de urbanização em zonas consideradas prioritárias pelo PDM e, portanto, pela Câmara e afinal não é isso. Entre aquilo que foi apresentado na Câmara, que importava incentivar a reabilitação urbana de áreas vulneráveis do ponto de vista físico, etc., afinal agora já não é isso. Agora é aumentar esses custos por causa de uma questão de equidade, pasme-se. -----

----- “A redução do fator F às áreas assinaladas aplica-se ao diferencial entre as áreas de cedência previstas em cada PU ou PP e a cedência média prevista no PDM”. “Em bom rigor não se justificaria a exigência do pagamento destas compensações”. Pois claro que não. Aliás eu adianto mais, no dia em que isto for aprovado vejo que muitos dos hoje beneficiados irão fazer como fizeram no passado em outros executivos municipais, requerer a anulação desta disposição porque é absolutamente ilegal. -----

----- Um plano de pormenor e um plano de urbanização, de acordo com a Lei, obriga à previsão das necessidades de equipamento e de espaços verdes necessários e, portanto, não fazia qualquer sentido, como apareceu no início da proposta que foi apresentada na Câmara, estar a apresentar uma redução para compensação por falta desses espaços quando o próprio plano, por obrigação, os tem que prever.-----

----- Mas há mais. Há um despacho interpretativo de um Senhor Secretário de Estado no tempo do Governo Sócrates a colocar exatamente em cima da mesa de que os planos de urbanização e os planos de pormenor podem, desde que devidamente justificado, baixar as áreas de cedência para efeitos de equipamento e de espaços verdes quando o espaço urbano em que se situam já está servido desses mesmos espaços e, portanto, não é exigível essa matéria.-----

----- Aquilo que inicialmente foi apresentado como uma possibilidade de diminuir custos acabou por se transformar, por artes mágicas, numa forma de acrescentar custos de forma algo inexplicável, porque não resiste a qualquer leitura jurídica desta matéria. Eu não posso através de uma simples disposição regulamentar alterar aquilo que é uma normativa constante de planos de urbanização e planos de pormenor. -----

----- O que está aqui em causa, um esclarecimento recente acabou por tornar isso ainda mais claro. O que está aqui em causa é que o faseamento do plano de pormenor da Matinha está feito de tal forma que os equipamentos e espaços verdes necessários e previstos no plano não são concluídos, nem são minimamente respeitados na primeira fase do plano que é proposta. Para evitar que esse pagamento na primeira fase fosse de facto bastante grande, inventou-se esta história do fator F.-----

----- É isso que está em causa e quem tiver dúvidas que veja as próprias justificações que a Câmara apresentou mais recentemente, quando calcula que o diferencial só no plano de pormenor da Matinha, por aplicação deste fator, são mais de oito milhões de euros. É isso que está aqui em causa e não faz qualquer sentido.-----

----- Querem reduzir os custos? Têm uma boa solução para o fazer e para que não digam que nós só fazemos críticas destrutivas aqui vai uma sugestão, para quem

quiser trabalhar connosco poder implementá-la: é reduzir a TRIU aplicada nestas áreas e por uma razão extremamente simples, a taxa para a execução das infraestruturas urbanísticas nesta zona, onde as infraestruturas não só já existem como em grande parte foram dotadas e previstas para um tipo de solicitação muito superior àquilo que vão ter no futuro, devido aos seus usos residenciais e comerciais, porque foram infraestruturas desenhadas e calculadas do ponto de vista da engenharia para suportarem usos industriais, que são muito mais consumidores desse tipo de necessidades. É evidente que aí há uma boa justificação, tratando-se de áreas que já hoje estão infraestruturadas para dar resposta àquilo que o próprio Plano Diretor pretende, que é densificar e renovar as áreas que já hoje estão infraestruturadas, então atue-se na TRIU, que isso sim justifica este tipo de situação.-----

----- Fazer isto em relação a áreas que foram objeto de planos de pormenor, que foram bastante generosos, quer em termos de edificabilidade, quer em termos de exigências, eu recordo que não é por acaso que estes planos de pormenor têm captação de equipamentos e de espaços verdes inferiores àquelas que são habitualmente consignadas em matéria urbanística, que aliás o próprio PDM adotou. Foi assim porque se considerou que não havia necessidade de ir mais longe e foi assim porque se considerou que isso era um elemento absolutamente essencial para garantir a sua promoção e para garantir a sua concretização. -----

----- O benefício já está dado, não é preciso avançar com outros. O problema destas áreas não avançarem mais rapidamente é porque é um problema que tem a ver com a banca e com o financiamento da economia em Portugal, que infelizmente este Governo tem estancado e não tem permitido levar a bom termo. Isso é que está a criar problemas à concretização, não é o problema de termos ou não termos um fator F. Isso é uma coisa que é abrir um precedente extremamente grave daqui para o futuro. Isto vai permitir fazer aquilo que foi abandonado com a gestão Jorge Sampaio na Câmara Municipal de Lisboa, que era a verdadeira política de áreas de cedência e de estacionamento em troca de pagamentos à Câmara.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Esta Proposta nº 7 aparece-nos embrulhada com um papel de embrulho muito simpático e consensual nesta Assembleia e consensual fora dela, incentivos à reabilitação urbana. Não há ninguém que não esteja de acordo com incentivos à reabilitação urbana, mas depois vamos lê-la e no fundo ela tem outro objetivo, é conceder uma nova valorização, traduzida numa mais-valia para os grandes promotores imobiliários. -----

----- Quem investir ou investiu nas zonas previstas nesta proposta, que já foram valorizadas com planos de urbanização e planos de pormenor, fica duplamente beneficiado. Por um lado já beneficiou porque eram zonas, na sua maioria, industriais e cuja alteração do uso passou para habitação e comércio, com uma valorização por essa via. Por outro lado, com esta proposta de redução das compensações urbanísticas. -----

----- O orador que me procedeu, o colega Deputado Municipal Nunes da Silva, classificou-a muito bem. Esta proposta é incompreensível, é indefensável, é surrealista e sobretudo é aberrante. Não há melhor adjetivo para esta proposta, ela é aberrante. ----

----- O urbanismo tem regras e há instrumentos de gestão territorial para definir essas regras. Esses instrumentos definem e dimensionam tudo o que são espaços verdes e equipamentos coletivos. Têm regras porque o urbanismo tem que olhar para as preocupações das pessoas e o que esta proposta nos escreve é para esquecer essas regras, que elas são absurdas do ponto de vista do urbanismo e é preciso orientá-la para outro lado, que é preciso incentivar os investidores, aumentando-lhes os lucros com um simples ato administrativo. -----

----- Esta proposta, como sabem, trata as melhores zonas da cidade, trata de Alcântara, trata da Matinha, Boavista nascente, Parque Mayer, Amoreiras. Estas zonas não precisam de incentivos, estas zonas são os melhores territórios da cidade e já estão suficientemente valorizadas. -----

----- A política do urbanismo que se orienta por incentivos e benefícios aos grandes promotores imobiliários não incentiva a reabilitação urbana. Por outro lado, incentiva a degeneração urbana, deforma a cidade, transforma-a negativamente e irreversivelmente. É uma opção política clara, não é defeito, é feito mesmo. -----

----- Em jogo estão dois modelos de urbanismo para a cidade. Por um lado poderíamos ter investimento e prioridade ao investimento na reabilitação urbana com uma preocupação de equilíbrio urbano, espaços verdes, equipamentos coletivos, no fundo um modelo de cidade orientada para as pessoas. Outro modelo é o que aqui temos, o tal feito, em que a reabilitação urbana é orientada para a mais-valia e para os benefícios, todos os benefícios para os grandes promotores, garantir o maior lucro possível. Este é o modelo do Executivo. -----

----- Recebemos hoje, também já vos deve ter sido distribuído, às 12.30 horas de hoje, há pouco mais de duas horas e meia, uma resposta do Senhor Vereador ao requerimento que fizemos sobre esta proposta com várias perguntas. Entre vários dados relevantes que nos foram respondidos há um que faz as contas sobre o que representa esta proposta no plano de pormenor da Matinha, um dos cinco onde será aplicado. A resposta é muito clara, se o fator F fosse igual a 0,5, tal como está previsto, as compensações urbanísticas teriam um valor de 20,7 milhões de euros. Sendo aprovada esta proposta aberrante, passaria para 12,4 milhões, a diferença são 8,3 milhões de euros. -----

----- Numa altura em que as dificuldades financeiras são tantas vezes evocadas neste espaço e no Executivo e pelo Executivo para argumentar e justificar políticas da CML, é no mínimo aberrante que este benefício seja atribuído aos donos dos terrenos da Matinha. -----

----- Sabemos hoje também, terça-feira, numa grande reportagem de uma revista semanal que o Grupo Espírito Santo é proprietário maioritário daqueles terrenos e está desde outubro de 2014 a tentar vender sem sucesso aqueles terrenos. É no mínimo aberrante este empurrão de 8,3 milhões de euros aos proprietários dos terrenos da Matinha, onde o Grupo Espírito Santo é maioritário. É aberrante. -----

----- No início deste mandato o Senhor Presidente António Costa veio aqui dizer-nos e prometer-nos que precisava que a cidade fosse mais equilibrada, precisava de aliviar fiscalmente os lisboetas, era necessária maior justiça na distribuição dos esforços. Era

uma espécie de Robin Wood lisboeta, um Robin Wood lusitano, mas o que vemos ao fim de um ano e meio e o que percebemos é que a realidade é totalmente diferente. Percebemos hoje para quem são os incentivos, percebemos hoje para quem são os benefícios, para quem são as hastas públicas e percebemos para quem são as isenções de taxas. Afinal, nos Paços do Concelho sentou-se o Xerife de Nothingam.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):**-----

----- “Eu creio que relativamente a esta proposta e tudo o que diz respeito à alínea b) que nos é proposta, já foi feita e dita muita coisa e nós também teríamos muito para dizer, temos seis páginas de declaração de voto e posteriormente poderão ler com atenção.-----

----- Vou-me concentrar apenas na alínea a), que o nosso partido solicitou que fosse decomposta em duas subalíneas, porque me parece que a alínea a) tem as ‘costas largas’ à custa dos BIP/ZIP e das AUGI, mas na realidade o que a alínea a) diz é coisa bem diferente, diz: ‘0,1 quando a operação urbanística ocorra em bairros ou zonas de intervenção prioritárias, BIP/ZIP, onde se incluem as áreas urbanas de génese ilegal e/ou íntegre operações de reabilitação urbana sistemática’.-----

----- Ou seja, na alínea a) o BIP/ZIP dá a cara e o resto vai junto. Portanto, nós pedimos para isto ser decomposto em duas alíneas e, não tendo sido autorizado, a nossa indicação de voto para a alínea a) será idêntica à da alínea b), será chumbada.” --

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS):**-----

----- “A minha primeira palavra vai para o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles do BE para lhe dizer honestamente que não é hábito nesta Assembleia, e espero que não se torne, o tipo de adjetivo, que nem o é, que o Senhor acabou de utilizar. Diga-se de passagem que da sua intervenção ficou claro que nem sequer percebeu o conteúdo da proposta da qual falou.-----

----- Entrando agora no fator F, dizer que a flexibilidade no planeamento e na gestão é um valor essencial para a eficácia das políticas urbanas. A academia sempre o defendeu, a legislação tem vindo lentamente ao encontro desse objetivo. -----

----- É um valor essencial para adequar, a todo o tempo, os instrumentos em vigor, às imprevisibilidades do tempo, do espaço, mas também das variações sociais, económicas e políticas. Se quisermos, para permitir autocorrecções pontuais, acertos, que ao invés de desviar, repõem os objetivos essenciais no seu devido curso. -----

----- Dito isto, quero dizer que esta proposta configura precisamente um exercício de flexibilidade, de adaptação a essas variáveis, e que é um exercício atento simultaneamente: -----

----- Às opções de grande escala, no caso a reabilitação urbana, tão cara a todas as bancadas municipais;-----

----- Às condições objetivas da sua concretização; -----

----- E à opção política, tomada por este executivo, de não permitir o revés do clima económico seja sinonimo de outro revés no investimento e na regeneração, que se quer permanente, na Cidade. -----

----- E é por isto, que se mantém rigorosamente os fatores de ponderação aprovados por esta Assembleia em 2013, para a fórmula de cálculo das compensações

urbanísticas constante do RMUEL, mas se propõe introduzir 2 exceções, 2 medidas de discriminação positiva, que visam, e a nosso ver têm potencial para alcançar, o estímulo necessário á concretização do objetivo maior: reabilitar zonas da Cidade onde essa reabilitação é urgente. -----

----- Propõe então o executivo reduzir o referido fator de ponderação (o Fator F) para investimento nas BIP/ZIP e em áreas onde, apesar de abrangidas por PP ou PU, ou com UE delimitada, não se verifica a reconversão urbanística programada e desejável.

----- No primeiro caso, o das BIP/ZIP, propõe-se uma redução para 0.1. No segundo caso, para 0.3. -----

----- Note-se que esta proposta não dispensa particulares ou promotores das obrigatórias cedências para equipamentos, espaços verdes ou infraestruturas, não altera os objetivos dos instrumentos de gestão territorial, nem tão pouco o seu desenho urbano, como aliás o Senhor Vereador Manuel Salgado teve já oportunidade de referir. -----

----- E note-se também que falamos da alteração de um fator entre vários de uma fórmula, que inclui variáveis tão distintas como o coeficiente de localização ou o índice de edificabilidade. Escusado será dizer que cada caso é um caso, que ninguém conseguirá afirmar com segurança, em qual deles a redução é mais significativa, apesar de terem tentado, ou se é sequer significativa, quanto mais quantificar essas reduções. Tal só se coloca em sede de licenciamento, com o respetivo projeto de arquitetura. -----

----- Mas na discussão havida em sede de 3ª Comissão, e também aqui nesta sessão, curiosamente, verificou-se que há quem tenha certezas absolutas. -----

----- Acompanhem-me então numa análise mais fina da proposta em apreço, e das muitas certezas que já aqui ouvimos. -----

----- A alínea b) propõe uma redução do fator F de 0.5 para 0.3, num diferencial de 0.2, em área abrangida por PP, PU ou delimitada por UE, em que se preconize a reconversão urbanística de espaços urbanos cujo uso originário se tenha tornado desadequado ou obsoleto. Tratam-se estas, por exemplo, de antigas áreas industriais, em zona central da cidade, onde a reconversão não tem sido conseguida, nem com recurso aos referidos instrumentos de planeamento e gestão, ainda que concretizados os investimentos ancora planeados. Esta realidade contraria necessariamente a tese já aqui defendida de que, definidos PP, PU ou UE, se opera de imediato o milagre da valorização imobiliária; que da noite para o dia se formam, na Praça do Município filas de promotores interessados, certos de que o retorno do seu investimento será excecional. E o Município a encaixar receita por via da cobrança de taxas e compensações. -----

----- Se assim fosse, que não é, há muito que Lisboa não conhecia as feridas abertas que subsistem no seu centro, de que é bom exemplo o Parque Mayer. -----

----- Não Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Não é realista, não é serio. O que sucede, todos sabemos, é que vivemos num clima económico que ainda constringe o investimento, especialmente no sector imobiliário, por razões de dificuldade de acesso ao crédito. -----

----- Perante esta realidade, devemos resignar-nos? Ficar á espera de melhores dias, enquanto há partes do coração da cidade em contínua degradação? -----

----- Para o PS a resposta é clara: Nós estamos sempre do lado da solução. Do nosso ponto de vista, esta proposta é um compromisso, onde o Executivo, reconhecendo a urgência, se propõe a prescindir de uma pequena parte das compensações a que teria direito, para ter como retorno o objetivo da reabilitação cumprido. -----

----- E o PS encontra vantagens neste compromisso. Regenerar, reabilitar a Cidade, devolver os espaços expectantes e degradados á fruição, qualificar o espaço público é para nós um objetivo essencial. Pena é que onde nós vemos vantagens para a Cidade e para os cidadãos, outros vejam apenas negócio. -----

----- É tudo de facto uma questão de ponto de vista. -----

----- O PS assume-se. Importa estimular a reabilitação. É preciso remover, neste momento, alguns obstáculos de conjectura ao investimento privado. O privado é um agente fundamental na reabilitação urbana. E sim, as áreas que esta proposta alcança carecem enormemente de regeneração. As da alínea b), como as da alínea a). -----

----- Pois é curioso verificar que estes argumentos a que acabei de aludir, quando aplicados às BIP/ZIP, passam a ser consensuais para algumas bancadas. Aqui já não há dúvidas. Aqui a redução do fator F já é de aceitar. A potencial redução de receita já não é um drama. E os privados já não estão a ser beneficiados. -----

----- Confesso-me incapaz de compreender esta contradição. Se não encontro para ela uma justificação de princípio, também me recuso a aceitar que se trate de um preconceito, ou que se baseie numa visão retorcida de que o coração da cidade não é mais que uma galinha imobiliária dos ovos de ouro. -----

----- Queremos uma Cidade sem feridas, para benefício de todos quantos cá vivem, trabalham ou nos visitam. -----

----- Este é um momento em que são necessárias soluções de compromisso como a que esta proposta preconiza: flexibilidade, adaptação ao presente. -----

----- Sei que para todos nós, se bem pesarmos todos os argumentos, o mais importante é qualificar a Cidade, criar condições para que surjam parceiros, dinamizar e inovar.” -

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Em relação a esta proposta, a posição do Grupo Municipal do PSD ficou bastante clara no parecer que a Terceira Comissão emitiu.-----

----- Se em relação à alínea a) a introdução da fórmula de cálculo pode ajudar à reabilitação daquelas áreas, em relação à alínea b) o caso muda completamente de figura. A Câmara quer excepcionar cinco casos onde já existem planos de urbanização, ou planos de pormenor, ou unidades de execução, nas quais foi possível redesenhar a cidade. Nestes casos a Câmara pôde gerir como entendeu espaços verdes, espaços públicos e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas. Não se compreende a razão de ser desta proposta. -----

----- Mais, esta proposta implica uma redução da receita estimada em cerca de 11% para favorecer zonas onde a valorização do terreno já é excepcional. Note-se que falamos em áreas geograficamente privilegiadas, em locais de excelência. -----

----- As razões apontadas nos argumentos evocados para excepcionar estas cinco unidades são: reabilitação, fixação de população e atualização de usos. Ou seja, mais-valias para a cidade. -----

----- A Câmara está a discriminar uns planos em relação a outros, a menos que a Câmara tenha aprovado ou pretenda aprovar instrumentos urbanísticos e de reabilitação que não cumpram estes mesmos critérios, que não sejam mais-valias para a cidade. -----

----- Eu lembro que o PDM em vigor considera que toda a área de Lisboa é uma área de reabilitação e que essa foi uma bandeira do PS. Porquê então estas exceções?-----

----- Esta é uma proposta que nos envergonha. Por estas razões, o Grupo Municipal do PSD entende que a alínea b) não tem qualquer justificação e subverte completamente o espírito que esteve subjacente a estas normas. -----

----- A atividade política é um privilégio que acarreta grandes responsabilidades e na qual há que ter em conta vários fatores. Todos sabemos que as coincidências são muito raras e que o escrutínio de quem exerce cargos públicos é permanente. Também sabemos que qualquer dúvida que se levante nunca joga a nosso favor, muito pelo contrário, joga quase sempre contra. Quando se instala a dúvida instala-se quase sempre a desconfiança.-----

----- Em relação a esta proposta, muitas questões foram levantadas não só por Deputados Municipais desta casa, como pela própria imprensa. Contudo, subsistem fatores que não foram devidamente esclarecidos me que mantêm dúvidas graves: o primeiro é a equidade de critérios, a segunda é a prossecução do interesse público e da sua defesa.-----

----- Assim sendo e face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD decidiu enviar esta proposta à Procuradoria-Geral da República para os efeitos que tiver por convenientes.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Eu queria começar por dizer que de facto o que envergonha esta Assembleia Municipal são intervenções como a do Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves e podem à vontade mandar a proposta para onde quiserem, podem escutiná-la como quiserem porque eu estou perfeitamente à vontade, não tenho qualquer problema, não tenho qualquer telhado de vidro relativamente a essa questão. Portanto, Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, faça favor, está tudo à sua disposição. -----

----- A segunda questão que queria sinteticamente responder, deficit de áreas de equipamento é falso. Todos estes planos têm as áreas de equipamento previstas. Esta mudança deste fator não mexe um metro quadrado nas áreas que estão cedidas para equipamento, essas áreas já lá estão, não são mexidas. Portanto, não há nenhuma alteração relativamente a áreas de cedência. -----

----- A compensação é a diferença entre as áreas que foram efetivamente cedidas nos planos e que já estão consignadas nos planos e o índice médio aplicado em relação à cidade. É essa a diferença e eu pergunto: é justo que um terreno por exemplo na Rua Castilho, que está vazio há não sei quantos anos e que neste momento foi aprovado o

projeto para construir um grande edifício, pague um coeficiente de 0.3 e na 24 de Julho pague 0.5? -----

----- É porque a questão das mais-valias que os Senhores Deputados Municipais falam e dos grandes interesses, quando é que foram consagrados? Foram consagrados em 1994 no Plano Diretor Municipal de então, foram consagrados nos anos 2000 quando tudo foi arrasado e que neste momento já não se pode aproveitar nada do que lá existia. Aí sim é que foram criadas as grandes mais-valias, não é agora depois de ser aprovado um plano com índices mais baixos do que estavam em 1994. -----

----- Passemos agora a duas questões muito concretas. O Senhor Deputado Municipal do MPT levantou uma questão muito pertinente, que são os custos de contexto entre Lisboa e os concelhos limítrofes. Lisboa tem custos de contexto mais elevados e por isso tem que os baixar e enquanto não os baixar podem dizer que estamos a dar grandes mais-valias aos grande grupos financeiros, mas a verdade é que os terrenos vão ficar parados, vão ficar como estão durante um bom par de anos porque ninguém lhes vai mexer. Portanto, uma coisa são taxas liquidadas, outra coisa são taxas pagas e de facto 11% era a redução das taxas liquidadas, mas das taxas pagas não pagam, porque o que acontece neste momento é que as obras não avançam porque não existem incentivos. -----

----- Avançam na reabilitação urbana, porque aí reduziu-se tudo, compensações, TRIU, IMT, IVA a 6%. Aí sim houve grandes benefícios e pelos vistos as coisas avançam. -----

----- O Senhor Deputado Municipal do PAN levanta o problema das áreas de reabilitação sistemática. Nós só temos duas áreas dessas e foram aprovadas pela Assembleia Municipal, uma que inclui a zona da Vila Dias, que é o Vale de Chelas, e a outra de Santa Clara, que inclui uma AUGI. São esses os dois únicos casos. -----

----- A diminuição de receita que está estimada em 11% é, como disse, da receita avaliada se efetivamente os processos andassem para a frente. O que acontece é que neste momento os processos não andam para a frente, as obras não arrancam, porquê? Porque as taxas em Lisboa são muito mais altas do que aquilo que se passa à volta de Lisboa e enquanto for assim continuaremos com os terrenos vazios.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD):**-----

----- “É curioso o Senhor Vereador Manuel Salgado vir aqui dizer que com esta fórmula, com estas compensações, não há investimento em Lisboa e portanto ele foge para as zonas limítrofes. É curioso na medida em que este fator, esta fórmula foi definida em 2013. Se havia crise, era em 2013 e não houve qualquer objeção para que essa fórmula fosse outra, foi esta, foi definida em 2013 para ter uma validade de quatro anos. -----

----- Nessa altura toda esta crise, que de facto nos inferniza a vida, já existia e se calhar até com muito mais intensidade.-----

----- Nós temos que ter consciência, não podemos estar permanentemente a dizer, como é a voz do Senhor Vereador Fernando Medina, que a cidade não tem meios financeiros, que não tem receitas, que vive em dificuldades permanentes, e depois estar a criar impostos cobardes para a população, porque os impostos na fatura da

água são cobardes, porque as pessoas não os veem e só os sentem quando pagam a fatura, são disfarçados, são cobardes. Depois, benefícios completamente alargados a quem já dispõe de tudo e mais alguma coisa, que tem toda a capacidade financeira, como é o caso que aqui foi referido relativamente à Matinha. -----

----- E não vamos dizer que a Matinha é diferente, eu vi o processo da Matinha. Não está agora em discussão. Eu sei que ao PS incomoda muito a Matinha, tanto assim que nem quis que nenhum Vereador ou que nenhum responsável político fosse ouvido.-----

----- Pela primeira vez nesta Assembleia, ao longo da sua existência, um partido inviabilizou a audição a um responsável político da Câmara, pela primeira vez na história desta Assembleia... -----

----- Agora usam o insulto, é curioso, já não têm mais argumentos. Qualquer dia batem-me, como já foi aliás aqui uma vez sugerido. De facto isto está bonito, está muito bonito. -----

----- Um partido que se diz socialista, um partido que se diz na defesa das pessoas, dos mais fracos, só quer e só faz tudo o possível para defender os fortes?-----

----- Nós vimos o que aconteceu no Governo anterior e o resultado que deu. Esperemos que não dê outra vez. -----

----- Se é com essa vontade que querem ir para o Governo, Deus nos livre do PS no Governo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)**, para um pedido de esclarecimento:-----

----- “Eu só queria pedir um esclarecimento e fazer um esclarecimento a todos nós. ----

----- O que foi aqui dito não foi verdade e eu queria que o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves pelo menos uma vez também dissesse a verdade, porquê? Porque quem queria lá levar à Comissão para fazer um regabofe político era o subscritor da proposta da Matinha, que não é o que está aqui em discussão. Há-de haver oportunidade e, portanto, não confundamos ‘alhos com bugalhos’.-----

----- Para que não acontecesse na Assembleia Municipal levantamento de insinuações, foi por questões de transparência, o que foi dito pelo PS é ‘tudo por escrito’. Nesta questão da Matinha e outras, quando entendo que é uma questão de transparência pede-se por escrito para ficar para a história o que foi pedido e o que foi respondido, para não haver insinuações destas que não são rigorosas. -----

----- Segunda questão, pedido de esclarecimento, então o PSD preferia fazer reabilitação aumentando dois pisos em cada habitação como em 2005 foi uma proposta inédita do Senhor Presidente da Câmara? Que até foi apelidada pela Senhora Bastonária dos Arquitetos na altura de aberração. Era isso o incentivo à revitalização e à reabilitação urbana? É isso que o PSD quer?-----

----- O PSD está a dizer que há interesses e eu queria saber quais são os interesses. ----

----- Desculpem a minha maneira de estar a falar mas isto incomoda-me. Quando eu vejo aqui pessoas a falarem à vontade, a criticarem e abusarem das palavras para ferir a honorabilidade do meu partido e de algumas pessoas, isto não pode continuar assim.-

----- Assumam as responsabilidades e assumam que não querem votar a favor deste projeto, que é um projeto bom para a cidade que ajudaram a destruir em 2000 com a

devastação de todas as zonas nobres desta cidade. Nunca fizeram nada para resolver o problema, esta Câmara mais uma vez tenta resolver o problema vai conseguir porque nesta Assembleia ainda há pessoas com consciência política e com vontade de ajudar a cidade. Outras forças querem só o ‘bota abaixo’, se calhar por outras razões, porque vêm aí umas eleições, e estão a utilizar argumentos não políticos porque não apresentam nada de novo, é só crítica, sem nada de construtivo. -----

----- A Câmara tem que seguir este caminho de resolver os problemas, como foi aqui dito. Embora possa haver críticas, é a única solução para que não continuemos como em 2000, onde a cidade foi devastada e nada foi feito para a reabilitação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS):** -----

----- “Associando o anúncio do envio desta proposta para a Procuradoria-Geral da República à menção reiterada a interesses que estarão aqui em presença e que não serão conformes ao interesse municipal, foi assim que interpretei as intervenções que ouvi de certas bancadas. Eu gostaria que fossem concretizadas essas informações, para que possamos votar de forma conscienciosa. -----

----- Não é correto, com a exposição que temos à imprensa, fazer-se esse tipo de afirmações, instalar uma dúvida que é perniciososa sobre a votação de uma proposta e não concretizar que tipo de interesses, que tipo de distorções ao interesse público que eu creio que estamos aqui todos para prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD):** -----

----- “Em relação àquilo que foi afirmado pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha, sobre aquilo que foi solicitado na penúltima reunião da Terceira Comissão, que era a audição de um responsável político e do representante de uma das empresas que não quis assinar o contrato de urbanização e que o PS inviabilizou essa audição, o responsável político podia ser o mesmo por exemplo que na Câmara defendeu e apresentou a proposta em causa foi, como sabem, o Senhor Vice-Presidente. Também nada impedia que o Senhor Vice-Presidente trouxesse responsáveis técnicos, como qualquer Diretor Municipal, para poder dar as explicações técnicas que fossem pertinentes. -----

----- Aquilo que o PS inviabilizou foi a ida à Comissão de um responsável político. A Câmara é que define quem são os responsáveis políticos que devem estar presentes nas comissões e à Câmara nunca ninguém rejeitou que viessem acompanhados por técnicos. Aliás, tem sido até o PS, quando se diz que basta estar o Diretor Municipal, a dizer que quer também o responsável político. -----

----- Quantas vezes é que o PS, na Terceira Comissão, não afirmou isto? “Nós queremos é ouvir o responsável político, nós não queremos ouvir os técnicos.” -----

----- Neste caso, já que não ia o Senhor Presidente por razões óbvias, porque não estava presente, não ia o Senhor Vereador Manuel Salgado por estar impedido, ia o Senhor Vice-Presidente, como aliás o fez na própria reunião de Câmara, estaria a apoiá-lo quem entendesse. -----

----- Em relação às insinuações, é evidente que isto é tudo muito vago, mas há uma coisa que eu sempre ouvi dizer. “não acredito em bruxas mas que las hay hay”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra: -----

----- “É só para esclarecer que o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves está a dizer uma coisa que não corresponde integralmente à verdade. O que o PSD propôs foi levar à Comissão o Senhor Presidente António Costa e o PS recusou e depois, também por outra razão, propôs que fosse a Câmara e todas as entidades que fossem entendidas ouvidas por escrito. Porquê? Para evitar estas insinuações que andam no ar e que nunca ninguém sabe o que é. Isso é fundamental para que não haja problemas. Pelos vistos são vagas e são várias, mas ninguém sabe quais são. -----

----- Para que não haja dúvidas e o processo seja transparente, foi isso que o PS fez e sempre fará a bem da verdade e da legalidade.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Gostava de responder direto e de frente ao Deputado Municipal do PSD e à bancada do PSD e dizer que eu não alinho na campanha de insídias, de insinuações e de calúnias que vêm prosseguindo ao longo do passado e também aqui neste tema. -----

----- A resposta que tenho para lhe dar de forma direta é que não insulta quem quer e por isso nós não tememos aqui nenhum comportamento nem ação de nenhum pistoleiro ao serviço não se sabe bem de quê. Estaremos aqui e em todos os momentos a responder a todas as propostas e eu virei cá com todo o gosto à defesa de qualquer proposta da Câmara Municipal e virei cá relativamente à Matinha, como vim em todas as outras nas quais o Senhor Deputado Municipal e os seus correligionários decidiram embarcar nesta política. -----

----- Não é a primeira vez que o faço na defesa, continuarei na defesa desta, da próxima e de todas enquanto tiver responsabilidades neste Executivo, das propostas que o Executivo aprova. Não tenha disso nenhuma dúvida e não tenho nenhum receio de nenhum pistoleiro ao serviço de nada. -----

----- Por esta razão, o que vale a pena nesta proposta, como nas outras todas, é discutir factos e o primeiro facto é que não há nesta proposta, ao contrário do que muitos Deputados Municipais disseram relativamente à interpretação desta proposta, não qualquer redução de qualquer área ou de qualquer constrangimento determinado por cedência nos planos aprovados. Por isso, aquilo que foi afirmado nesta Assembleia mais do que uma vez é falso. Não há nenhuma alteração relativamente às cedências definidas nos planos e nos instrumentos aprovados. É bom que isto fique muito claro, para não haver qualquer dúvida. -----

----- Segundo lugar, não há nenhuma alteração relativamente à política geral da cidade quanto às compensações. Os Senhores Deputados Municipais falam relativamente a promotores, interesses, programas, projetos, mas o que esta proposta faz, tão simples quanto isso, é eliminar o que é na minha opinião um absurdo. O que me surpreende, aliás, é que o Senhor Deputado Municipal e o partido que o suporta, relativamente a esta matéria, até não tenham ambicionado mais do ponto de vista da proposta, que é eliminar o absurdo de em áreas a consolidar aquilo que é necessário e que é solicitado é para além do que é numa área normal da cidade. -----

----- Numa área consolidada a Câmara pede uma compensação X, numa área a consolidar nós pedimos X mais Y, que é o que já consta do plano. O que a Câmara simplesmente diz é que não se deve fazer esta duplicação de pedido, é tão simples quanto isso. -----

----- Terceiro ponto e é o terceiro facto, eu já percebi bem e agora que tenho estas responsabilidades percebo bem que o PSD tem dificuldade com as contas na Câmara, mas eu gostava de lhe contar uma novidade, é que 11% de zero é zero. Por isso, vir acenar com uma isenção e com uma redução de uma receita que nunca existiria, porque não há construção, pura e simplesmente é um absoluto absurdo. -----

----- Eu apelava a que nesta Assembleia, pautarei sempre a Câmara nesse registo, fazer a discussão de factos. Podemos ter as nossas divergências políticas, é isso que nos caracteriza, o debate político e democrático é isso mesmo. Sou totalmente respeitador dessa realidade, mas há uma questão, o debate faz-se sobre factos e sobre realidades e nunca na base de insinuações e de insídias como aconteceu hoje aqui.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa:-----

----- “Era só para pedir à Mesa que distribuísse a resposta ao requerimento do BE, nomeadamente ao Senhor Vice-Presidente Fernando Medina, que acabou de dizer uma coisa que não corresponde à verdade. Há diminuições e elas estão contabilizadas e quem fez as contas foi a Câmara Municipal.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Assim se fará. De qualquer forma, ela já está no site da Assembleia Municipal para ter a devida publicidade.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Para clarificar a minha afirmação, sustento e repito exatamente os termos que disse. Não há nenhuma alteração relativamente à política geral de compensações na cidade, na medida em que o que se corrige é uma distorção face a uma área específica e às áreas específicas onde têm duplicação relativamente às compensações exigidas. ---

----- Foi isto exatamente que eu disse na minha primeira intervenção e é isto que agora clarifico, para que não haja nenhuma dúvida. -----

----- A política geral de compensações na cidade é uma e o que se regista em determinadas áreas é que há uma duplicação relativamente a essas compensações que aqui é corrigida. Pura e simplesmente isso.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa: -----

----- “Quanto ao facto político, porque é que isso não se estende a todas as zonas consolidadas e apenas a estas cinco exceções?”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Só para esclarecer que se estende a todas, não é só a estas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “O pedido de esclarecimento é só o seguinte: a dupla tributação não existe no Plano Diretor. A partir do momento em que está um plano de urbanização e um plano

de pormenor aprovados não há dupla tributação e, portanto, eu não consigo entender onde é que se foi buscar esta ideia.-----

----- Por um lado estou de acordo com o Senhor Vice-Presidente, uma dupla tributação é completamente absurda, mas também é perfeitamente absurdo estar a exigir às pessoas um diferencial entre aquilo que está previsto num plano de urbanização e num plano de pormenor e aquilo que está previsto num instrumento de nível muito mais genérico e como tal não adequado às diferentes malhas urbanas e diferentes situações, que tem obviamente um valor médio normal que se aplica antes de conhecer as realidades. É precisamente por se conhecerem as realidades que estes planos e bem, e quero recordar ao Senhor Vereador Manuel Salgado que quem defendeu o plano de pormenor da Matinha em Câmara fui eu e, portanto, sei muito bem aquilo que defendi.-----

----- A questão não é de haver uma dupla tributação. Essa dupla tributação foi inventada à última da hora, é um verdadeiro absurdo e não tem que existir.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “O diferencial que é pago é para financiar grandes equipamentos ou grandes áreas que seja necessário na cidade, seja para fazer um grande equipamento escolar, seja para financiar uma grande área verde. É para isso que existe o diferencial, não é para cobrir necessidades específicas da área de intervenção do plano.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “Eu julgo que temos que esclarecer aqui uma coisa. Eu vou ler o que está escrito na proposta:-----

----- ‘Sem prejuízo da aplicação deste fator a unidades de execução e a outros planos que expressamente visem a reabilitação urbana de áreas degradadas ou em degradação, funcionalmente desadequadas e/ou obsoletas que já prosseguiram para esse fim, o mesmo deverá ser aplicado às operações urbanísticas abrangidas pelos seguintes planos: plano de urbanização de Alcântara, plano de pormenor da Matinha, plano do aterro da Boavista Nascente, plano de pormenor do Parque Mayer e plano de pormenor das Amoreiras’-----

----- Não fui eu que inventei isto Senhor Vereador, vem na sua proposta.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Aquilo que a Senhora Deputada Municipal acabou de ler é exatamente aquilo que eu disse, aplica-se a todas as áreas, não é só a essas. Diz ‘nomeadamente a essas’, é isso que está aí escrito.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva, pelos vistos devíamos era ter ido mais longe. Era o que dizia o Senhor Vice-Presidente, ficámos aquém do que devia ser feito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):**-----

----- “É um curto esclarecimento relativamente àquilo que dissemos da alínea b). Aquilo que nós queremos dizer é que todas as áreas de reabilitação urbana sistemática que forem definidas estarão ao abrigo desta alínea a), mesmo que não tenham

características de BIP/ZIP, e isso para nós não é aceitável e por essa razão iremos votar contra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento: -----

----- “É para saber o que vamos votar, porque o Senhor Vereador Manuel Salgado não disse o que está aqui escrito, ‘o mesmo deverá ser aplicado às operações urbanísticas...’. ‘O mesmo’ significa que se aplica a estas cinco exceções o que se aplica nas outras unidades. -----

----- Eu sugiro uma coisa muito simples nesta altura: se de facto é isso que o Senhor Vereador diz, então faça o favor de alterar a redação desta proposta de modo a que toda a gente entenda e, em vez de ter estes cinco exemplos, passe a ter um parágrafo que automaticamente abranja todas e se calhar estamos todos de acordo. -----

----- Com este Português assim, peço imensa desculpa mas não foi isto que eu aprendi. Se quisesse dizer ‘por exemplo’ tinha posto ‘por exemplo’. Dizer que se aplica a outras que não são da mesma qualificação, peço desculpa mas é uma interpretação que levanta dúvidas.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Acho que é de toda a importância que haja clarificação total face aos textos das propostas, para que não haja equívocos e todos os Senhores Deputados Municipais possam votar com a certeza do que está em causa. -----

----- Esta proposta da Câmara é uma proposta de âmbito genérico, que se apresenta a todas as unidades na mesma situação, como aliás diz expressamente a alínea b) da proposta e eu vou ler: -----

----- ‘F = 0,3 quando a operação urbanística ocorra em áreas onde, através de Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor ou através da delimitação de Unidades de Execução, se preconize a reconversão urbanística programada de espaços urbanos cujo uso originário se tenha tornado desadequado e obsoleto.’ -----

----- Aplica-se a todas, mas eu gostava de pedir ao Senhor Presidente os seus bons ofícios no sentido de que havendo qualquer dúvida relativamente a este conteúdo, que proponha e que faça uma sugestão relativamente à redação para que resulte daqui uma votação que possa até depois ser ratificada em Câmara, para que não haja qualquer dúvida ou qualquer ambiguidade nesta matéria. Não queremos nenhum Deputado Municipal com nenhuma dúvida nesta matéria. -----

----- Esta medida é uma medida que se destina a todas para corrigir uma distorção que é reconhecida e que é identificada, que resultou dos planos e da política geral de taxas da cidade. É para aplicar a todas e que não haja qualquer equívoco sobre isso, passadas, presentes e futuras.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Senhor Vice-Presidente, para que não haja dúvidas, diga-me então que alteração é que sugere relativamente ao texto, para a Mesa poder ter isso presente na votação, porque não nos cabe a nós alterar a proposta.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Eu não faço nenhuma alteração porque no meu entendimento a proposta é totalmente clara.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “O Senhor Vice-Presidente fez uma interpretação autêntica do texto da proposta e essa interpretação será tida em conta na votação.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Eu tentei não fazer uma interpretação autêntica, eu tentei fazer uma leitura literal do que está escrito no texto da proposta.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “É nesse sentido a minha referência, é uma interpretação autêntica.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “As compensações são obrigatórias a todas as operações urbanísticas, a todos os loteamentos ou operações semelhantes a loteamentos. Portanto, para além daquilo que consta nos planos de pormenor, nas unidades de execução e nos planos de urbanização, há na cidade outros loteamentos ou operações semelhantes a loteamento. A forma de se estender a toda a cidade e a todas as circunstâncias era de facto esta fórmula ser aplicada a todos os casos, loteamentos, operações semelhantes a loteamento. Ou seja, a todos aqueles casos em que há compensações, não é nuns e noutros. -----

----- Se não é justo em relação a algumas unidades de execução, alguns planos de pormenor e algumas urbanizações, porque há uma mudança de usos que transforma o território num valor incomensuravelmente mais alto, nas operações que ocorram na cidade de loteamentos ou semelhante a loteamento, aí são devidas compensações por força das infraestruturas que já existem e são impossíveis muitas vezes de pôr em prática, aí podia-se aplicar a fórmula e todos beneficiavam da mesma maneira. -----

----- Se os investimentos são necessários para a Matinha, também são necessários para outras áreas da cidade. Se querem igualdade, então façam-na” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Finalmente o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves percebeu aquilo que a gente quer, porque aquilo que estamos a propor é exatamente o coeficiente 03 aplicado genericamente à cidade toda, seja um loteamento num lado ou noutro, com exceção de áreas que nunca foram urbanizadas, como é por exemplo a Alta de Lisboa. -----

----- A Alta de Lisboa, que nunca foi urbanizada, nunca foi ocupada, a parte que não tem infraestruturas, aí terá um coeficiente de 05. Porque é que mantivemos um coeficiente de 05? Porque damos prioridade ao investimento nas áreas que já têm infraestruturas em vez de andar a alastrar a cidade para áreas que nunca foram infraestruturadas. -----

----- É exatamente isto que está na proposta, porque o texto da proposta o que refere é exatamente isto.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Helena Roseta (IND)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “Só uma pergunta para meu próprio esclarecimento pessoal: o Senhor Vereador diz na sua proposta, no número 4, que o valor da compensação urbanística é determinado com base no valor patrimonial tributário equilibrado com a introdução do fator de ponderação e o que a proposta vem aqui fazer é alterar o fator de ponderação. O que eu pergunto é se o Senhor Vereador já equacionou a possibilidade de mudar não o fator de ponderação, mas sim o coeficiente de localização do cálculo do IMI? Porque esse sim é que está ultrapassado, está obsoleto, é esse que estabelece grandes desigualdades na cidade é é responsabilidade da Câmara Municipal alterar esse coeficiente.-----

----- Se nós alterássemos esse coeficiente, provavelmente alcançaríamos o equilíbrio que a Câmara Municipal pretende e defende, e muito bem, mas alcançaríamos de uma maneira que eu acho que era mais correta.-----

----- Eu estou só a fazer a pergunta se isto já foi equacionado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Já foi equacionado e não é incompatível. Como sabe, o coeficiente do IMI é definido por uma comissão constituída pelo Ministério das Finanças, onde a Câmara está representada. A orientação que foi dada ao representante da Câmara é para que sejam revistos critérios de localização, porque como disse, e bem, há situações na cidade que são absurdas.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “O que acontece é que o que o Senhor Vereador Manuel Salgado acabou de dizer me deixa abismada. É que o PDM considera toda a área de Lisboa uma área de reabilitação e não percebo, nesse caso, em que contexto são as suas palavras face à Alta de Lisboa. Então, toda a área de Lisboa é uma área de reabilitação ou não?-----

----- Se é, Senhor Vereador, as suas palavras são incompreensíveis.-----

----- O PDM tem que ser alterado? Agora, é bom termos isso em linha de conta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “É só para dizer ao Senhor Vice-Presidente e ao Senhor Vereador Manuel Salgado que o PSD está disponível para fazer uma alteração à proposta, de forma a que ela seja o mais consensual possível. Estamos disponíveis para alterar a redação. Se entenderem que é possível, nós temos todo o gosto, apesar dos insultos do Senhor Vice-Presidente em relação ao pistoleiro. Quando a gente não tem argumentos insulta, mas estamos disponíveis para produzir uma alteração que se consensualize diante destes argumentos que têm sido explanados agora, porque como ela está não é viável, no nosso entendimento.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:**-----

----- “É para reafirmar a disponibilidade da Câmara e a minha própria para agora já negociar a proposta de alteração, para que se clarifique isto e que não restem quaisquer dúvidas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa:-----

----- “Chegando a este entendimento entre estes lados do ‘faroeste’, eu sugiro que sejam interrompidos os trabalhos temporariamente para haver uma redação de uma nova proposta, para que possamos todos ficar de acordo em relação aos fundamentos que ela, segundo a Câmara, transmite mas que naquilo que está redifigido para nós não é claro que transmita.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “A Mesa sugeria, se não houvesse oposição, que se interrompesse por cinco minutos. -----

----- De qualquer forma, eu sinalizava já às diferentes bancadas que, pelo andar desta sessão, as declarações políticas terão que ser agendadas para uma outra sessão, porque não faz sentido começarem e depois ficarem a meio.” -----

----- (Neste momento a reunião foi interrompida por cinco minutos)-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Senhor Presidente, eu gostava de propor a seguinte alteração à alínea b) da proposta, que teria a seguinte nova redação:-----

----- ‘Aplica-se $F = 0,3$ quando a operação urbanística ocorra em áreas onde, através de Plano de Urbanização, Plano de Pormenor, Unidade de Execução, loteamento ou outra operação urbanística equivalente a loteamento ou relevante se preconize a reconversão urbanística programada de espaços urbanos cujo uso originário se tenha tornado desadequado e obsoleto’. -----

----- Esta seria a proposta para a nova redação da alínea b). -----

----- (Neste momento procedeu-se a nova interrupção) -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Senhor Presidente, a Câmara gostaria de retirar a proposta, que apresentará numa próxima reunião de Assembleia Municipal.-----

----- Gostava de agradecer ao Senhor Presidente e às Senhoras e Senhores Deputados Municipais o esforço, mas como disse desde o início desta reunião todas as questões têm que ser total e cabalmente esclarecidas, que não reste qualquer tipo de dúvida sobre nenhuma delas.-----

----- Aquilo que a Câmara propõe sobre esta matéria é muito simples e eu tive oportunidade de transmitir com o Senhor Vereador Manuel Salgado, é eliminar uma distorção que está a penalizar áreas a necessitar de reconversão na nossa cidade.-----

----- A questão que agora se colocou no debate com o PSD, que não tem, segundo percebo, uma divergência relativamente a este objetivo, é a necessidade de clarificarmos e adequarmos a linguagem relativamente ao texto do PDM, de forma a permitir que este valor se aplique às áreas em reconversão mas que não se aplique às áreas que ainda não foram urbanizadas e que por essa razão devem contribuir de forma maior para a infraestruturização da cidade. -----

----- A necessidade de precisarmos a diferença entre as áreas que ainda não foram urbanizadas e as áreas que estão em reconversão, não foi possível neste momento encontrar essa redação fina, mas eu estou certo que nos próximos dias conseguiremos encontrar essa redação, levar à próxima reunião de Câmara e apresentar aqui à Assembleia Municipal.-----

----- É precisamente e exclusivamente este o ponto que está a necessitar de afinação, que é a separação, para não haver dúvidas, que por um lado esta proposta abrange todas as áreas em reconversão, onde se elimina este acréscimo que atualmente a situação propicia, mas que esta resolução só se aplica precisamente às áreas em reconversão e não às áreas novas, onde aí deve continuar a vigorar um fator mais elevado, pela necessidade de contribuírem para a infraestruturação da cidade. Creio, aliás, que todos partilharemos que antes de avançar com novas áreas de construção na cidade, devemos privilegiar a reconversão de áreas que atualmente a cidade tem. -----

----- É este o ponto que eu gostava de informar a Assembleia, com toda a transparência, que está em causa neste debate e que eu tenho a expectativa que consigamos nos próximos dias ultrapassar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento:-----

----- “O pedido de esclarecimento é se a Câmara Municipal está aberta a outras sugestões para além daquelas que negociou com o PSD.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:**-----

----- “Nós ouvimos com muita atenção todo o debate e eu julgo que os argumentos são todos muito claros sobre quais são os objetivos da Câmara, quais são os posicionamentos das forças políticas e obviamente que tentaremos sempre encontrar a melhor solução. Agora, creio que o fundamental da proposta se justifica, a Câmara defende a proposta, queremos é fazê-lo em condições para que não reste qualquer dúvida sobre o seu conteúdo e o seu alcance.”-----

----- Daqui até sexta-feira, quando distribuirmos a agenda e a nova proposta para a reunião de Câmara, todos os contributos são vistos e ponderados.”-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais, face a tudo isto e pela impossibilidade de começarmos o ponto seguinte, damos por encerrada esta sessão. -----

----- Recordo aos Senhores Deputados Municipais que às 18 horas devem assinar de novo a folha de presenças. Esta Assembleia hoje não vai ter alterações significativas no que diz respeito aos lugares, vai-se manter como existe e vai acolher todas as outras pessoas que efetivamente queiram participar no debate que vamos realizar.”-----

----- **PONTO 3 – QUARTA E ÚLTIMA SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO “ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”, SUBTEMA “VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – MONITORIZAÇÃO E CONCLUSÕES”, NOS TERMOS DO PROGRAMA APROVADO EM 27.01.2015, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA PROPOSTA 01/CR/2015, E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO DA AML:**-----

----- **PROJEÇÃO E CURTA-METRAGEM “ZOO” DE MARGARIDA LEITÃO.**-----

----- **INTERVENÇÕES DO PAINEL DE ORADORES CONVIDADOS.**-----

----- **DEBATE ABERTO AO PÚBLICO.**-----

----- **RESPOSTAS DO PAINEL DE ORADORES.**-----

----- **ABERTURA DOS TRABALHOS**-----

-----4ª SESSÃO-----

-----“**Erradicação da Violência Contra as Mulheres – Violência Contra as Mulheres – Monitorização e Conclusões.**” -----

----- O Painel foi moderado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta-----

----- Participou do debate, na qualidade de oradora convidada, a **Senhora Margarida Leitão**, realizadora, autora da curta-metragem “Zoo”; o **Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa** - Observatório Nacional da Violência de Género da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; a **Mestre Beatriz Pacheco** – Centro de Estudos Judiciários e o **Senhor Arquiteto João Afonso**, Vereador dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa”-----

-----Foram nomeados para relatores da segunda sessão os seguintes Deputados Municipais: -----

----- O Senhor Deputado Municipal Luís Lucas (PNPN) e a Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Meus caros cidadãos e cidadãs, Deputadas e Deputados presentes, agradeço que se sentassem para podermos começar a nossa Sessão e temos quórum para funcionar.--

----- Esta é a última Sessão do **Debate Temático da Erradicação da Violência Contra as Mulheres**, que foi proposta e uma iniciativa do Partido Pelos Animais e Pela Natureza, hoje congratulamo-nos porque já temos presente o autor da proposta, já está quase recuperado em termos de saúde e, portanto, já pode estar aqui connosco. ---

----- Dizer-vos que esta Sessão hoje vai ter um formato um bocadinho diferente e vai-se processar da seguinte maneira: nós vamos começar com a apresentação de um filme da Margarida Leitão que está aí do vosso lado à vossa esquerda, aí na ponta da mesa e a Margarida é autora de um filme sobre este tema que se chama “Zoo” e eu não vou dizer absolutamente mais nada sobre o filme porque o vamos ver, mas o importante disto tudo é nós sermos capazes de apresentar propostas concretas, que o Município possa desenvolver para erradicar a violência doméstica também na cidade de Lisboa, onde ela é bastante preocupante e, portanto, este debate não é um simples colóquio, não é uma simples partilha de opiniões, provavelmente nas opiniões até estamos todos muito perto uns dos outros, é mais do que isso, é um esforço para alimentar o nosso trabalho enquanto representantes da Cidade de Lisboa. -----

----- Queria dizer-vos também e antes de passarmos ao filme que na próxima quinta-feira às 21 horas e 30 minutos nesta sala nós teremos o outro premiado pela SIG, também do mesmo prémio artístico, que é um grupo de teatro, o GRIOT que tem uma peça chamada “Faz escuro nos olhos” que é sobre a temática da violência de género. É interpretada por um grupo de atores com base em textos que eles próprios selecionaram de origem africana e que nos vêm apresentar uma perspetiva muito especial sobre as questões da violência com o título “Faz escuro nos olhos”. -----

----- Portanto, estão desde já todos convidados, há panfletos à entrada para distribuir por quem quiserem para assistir a essa peça de teatro que também se enquadra neste nosso ciclo.-----

----- E posto isto, que já falei muito, a mesa vai desaparecer deste lugar, vai para o vosso lado e vamos ver o filme da Margarida Até já. -----

----- (Projeção do filme “Zoo” de Margarida Leitão, premiada pela Comissão Cidadania e a Igualdade de Género sobre esta temática.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate fez a seguinte intervenção:-----

----- “A mesa está a retomar os seus lugares, agradecer à Margarida Leitão esta belíssima curta-metragem que nos mostrou e passo de imediato a palavra, para que nos diga o que quiser sobre o seu filme.-----

----- **A Senhora Margarida Leitão**, realizadora e autora da curta-metragem “Zoo”, fez a seguinte intervenção inicial: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Primeiro que tudo eu queria agradecer o convite e a oportunidade de poder participar com o meu filme no âmbito deste debate temático, para mim é realmente muito importante na medida em que realmente este filme nasceu motivado, ou dito de outra forma, como reação a esta realidade de violência que é bastante para mim preocupante na sociedade portuguesa e, portanto, apresentar o filme neste âmbito para mim é realmente muito importante. -----

----- Não me quero alongar muito porque realmente expressei-me melhor até por filmes, gosto mais de me expressar em termos de imagens do que enfim, por palavras mas queria só dizer duas ou três coisas que realmente em termos do filme foram importantes para mim. -----

----- Primeiro realmente era esta questão de que como cidadã e como artista para mim a certa altura era impossível para mim a certa altura ficar indiferente ao panorama a que se assiste e normalmente a sua forma mais visível é a sua forma mais trágica, porque é a contabilização das vítimas de violência doméstica e normalmente, enfim, das mortes que existem, e precisava de me questionar um pouco e de tentar um bocado trabalhar isso de uma forma artística através da ficção e desta pequena história. -----

----- Em relação a esta história dois pontos que para mim eram fundamentais eram um bocado tentar realmente perceber como é que no seio de um núcleo familiar procurar questionar os papéis dos vários membros da família no perpetuar deste ciclo vicioso da violência e realmente importava-me muito focar na questão deste aparente ciclo, no qual há uma incapacidade ou uma impossibilidade das pessoas saírem e, pronto, normalmente a perpetuação disso leva realmente a resultados bastante trágicos e definitivos, e foi um bocado também pegando nesta *lengalenga* infantil, não é? Muitas vezes as *lengalengas* infantis são até uma espécie de crueldade escondida, é um bocado como a “mão morta que vai bater àquela porta”, é como esta violência vai também contaminando pouco a pouco todos os membros nesta família e à qual ninguém escapa imune, não é? E esta aparente inevitabilidade leva que ninguém

consiga realmente sair e claro que não consigo oferecer soluções no filme, não sei que mecanismos ou formas de combater poderiam existir, mas sinto mesmo que é preciso no fundo romper com este ciclo mudando comportamentos quer de vítimas quer de agressores, de alguma maneira é preciso fazer algo, de que hajam outras alternativas e que haja outras formas, quer dizer, perspetivar outro tipo de comportamentos.-----

----- Outra nota que para mim era muito importante era que o filme fosse visto através dos olhos de uma criança, porque no fundo são as vítimas muitas vezes silenciosas, testemunhas, muitas vezes elas próprias também vítimas de violência físico/psicológica e que não vem normalmente até nas notícias, mas que acabam por vezes por ficar com, enfim, com sequelas para toda a vida e nos casos mais trágicos sem os progenitores por perto e, portanto, para mim era muito importante que fosse um olhar um bocado de fora, um olhar de alguém que é uma testemunha infelizmente privilegiada deste ciclo e com o qual, quer dizer, eu aqui na ficção ponho ela a romper mas nós sabemos que na realidade não é tão fácil assim e, pronto, acho que dito isto não me queria alongar muito mais porque acho que há aqui muitas conclusões para se tirar dos debates que já foram feitos.-----

----- Queria só agradecer esta oportunidade e este convite mais uma vez e obrigada pela vossa atenção.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Margarida.-----

----- Penso que mais pessoas irão comentar aquilo que viram, no entanto agora vou passar a palavra ao Professor Manuel Lisboa, como há pouco disse, ele irá traçar-nos um panorama que é a Violência de Género em Portugal, a partir da experiência que ele tem muito importante no Observatório Nacional de Violência de Género. Faz favor Professor.”-----

----- **O Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa**, do Observatório Nacional da Violência de Género da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, fez a seguinte intervenção inicial:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Antes do mais eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, todas as pessoas presentes. Gostaria de cumprimentar naturalmente a Câmara Municipal de Lisboa através da Senhora Arquitecta Helena Roseta e do Senhor Vereador João Afonso por esta iniciativa.-----

----- Agradecer também a amabilidade do convite que me foi feito e, enfim, poder participar, e espero que a minha intervenção possa contribuir de alguma forma, seja mais um pauzinho na engrenagem no muito que há a fazer justamente nesta área e que está bem patente neste excelente filme que acabamos de ver, parabéns!-----

----- Bom, eu gostaria de começar por dizer de que tem sido para mim pessoalmente e para o Observatório que dirijo na Universidade Nova de Lisboa, um prazer colaborar com a Câmara Municipal de Lisboa na elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e agora na sua implementação, particularmente em uma das suas áreas estratégicas que é justamente investigar e

monitorizar e é sobre esta última área que eu vou justamente dirigir a minha intervenção e que a meu ver está muito relacionada também com este filme que acabámos de ver. -----

----- De facto hoje sabemos que não pode haver políticas de intervenção eficientes e capazes de produzir resultados que sejam de facto sustentados se não estiverem alicerçadas no conhecimento rigoroso cientificamente controlado e próximo da resolução dos problemas das pessoas e é justamente em relação a este aspeto, o do conhecimento necessário para intervir e monitorizar as políticas municipais na área da violência que eu vou orientar e organizar a minha curta intervenção. -----

----- Vou fazê-lo a partir de duas dimensões, uma primeira que tem a ver com a articulação do Plano Municipal, e isto é válido obviamente para todas as autarquias, com outros instrumentos de política pública, nomeadamente a nível nacional e internacional, refiro-me entre outros aos últimos Quintos Planos da Igualdade e da Prevenção em Combate da Violência de Género, às recomendações da *Task Force* do Conselho da Europa e mais recentemente à própria Convenção de Istambul, que pelo que sei também já foi objeto de algumas intervenções anteriores aqui nesta Assembleia. -----

----- De todas estas questões eu vou colocar, enfim, e esta articulação implicaria uma análise bastante detalhada de muitas dimensões, eu vou escolher só uma, vou escolher só um aspeto e este aspeto tem a ver com o seguinte: em vários países da Europa fundamentalmente latinos, estou a pensar essencialmente em Portugal, França e em Espanha, há uma tradição do ponto de vista das políticas públicas um pouco diferente e muitas vezes ao contrário do que acontece com os países nórdicos, que é que estas políticas seguem uma lógica do *top down*, vêm de cima para baixo. -----

----- Eu recordo que por exemplo o reconhecimento e a colaboração que tenho tido com a rede nórdica, nomeadamente com a Finlândia, que tem justamente uma perspetiva ao contrário, eles começam com uma intervenção a nível local, em rede a nível local e só ainda há poucos anos é que eles tiveram o primeiro Plano Nacional, curiosamente nós já vamos no Quinto Plano Nacional! Tudo bem! Ainda bem que estamos, é preferível tê-los do que efetivamente não ter os Planos Nacionais!-----

----- Mas isto tem uma lógica própria de um ponto de vista de uma certa tradição destes Estados mais centralistas eventualmente que faz com que as políticas públicas comecem justamente pelo topo e depois se venham, digamos assim, a descentralizar ou a aproximar justamente de níveis regionais ou níveis locais eu tenho defendido nos últimos anos que é preciso articular estas políticas públicas, no caso português com uma intervenção de proximidade e aqui coloca-se a primeira questão que tem um impacto direto em relação aos dados a produzir ou à informação ou conhecimento a produzir, que é a de saber onde é que se deve situar esta intervenção de proximidade, será que ela deve ficar no Concelho? Enfim, penso que hoje já todos consideramos que a região ou mesmo o distrito é uma unidade geográfica e espacial excessivamente ampla para uma intervenção de proximidade, mas de qualquer das formas será que deve ficar no Concelho? Será que se deve situar ao nível da Freguesia? Ao nível do Bairro? Ou mesmo da Rua? Onde é que efetivamente ela se deve situar? Porque ela é

absolutamente fundamental, ou seja, a definição dos níveis até onde ela vai é absolutamente fundamental para o conhecimento que temos que ter destes diferentes níveis para poder intervir de uma forma mais eficiente. -----

----- Esta primeira questão leva-me imediatamente à segunda questão e de uma forma direta à questão do conhecimento. Que tipo de conhecimento é que é necessário nesta perspetiva justamente desta graduação em termos de proximidade para apoiar e monitorizar esta intervenção e que a meu ver se deve situar tão próxima quanto possível das pessoas, evidentemente respeitando a sua liberdade individual, mas que seja de facto eficaz para resolver os seus problemas quotidianos em relação à violência, ou seja, um pouco contrariar aquela ideia de que muitas vezes temos excelentes Leis, temos excelentes Planos mas depois eles estão excessivamente e até orientados por princípios, por valores extremamente importantes do ponto de vista dos Direitos Humanos, mas depois estão muito longe justamente da sua aplicação, estão muito longe do quotidiano e dos problemas quotidianos das pessoas e, portanto, esta questão do tipo de conhecimento é absolutamente fundamental. -----

----- Eu posso-vos trazer aqui um pouco a reflexão da nossa equipa de investigação da Universidade Nova de Lisboa nos últimos vinte ou vinte e tal anos, estamos agora a completar vinte anos de trabalho e, enfim, nos últimos dez anos no nosso Observatório nacional de Violência e Género. -----

----- Em primeiro lugar é preciso conhecer a extensão e características do problema que nós pretendemos atacar, nomeadamente a prevalência, os tipos de ato praticado e a sua perigosidade, o contexto social onde ocorrem esses mesmos atos, as relações entre as vítimas e os agressores, a reação das vítimas, as causas e as consequências da violência praticada. -----

----- Este é um pouco também o resultado de vinte anos de trabalho neste domínio e que claramente mais uma vez quando procuramos as causas desta violência, vamos claramente cruzarmo-nos com o que acabamos de ver justamente ao nível deste filme.-

----- Nós hoje temos já muita informação deste nível em termos nacionais, mas ainda é necessária, estamos a trabalhar todos os dias e temos sempre a sensação que damos um passo e quando damos um passo ainda temos um longo caminho a percorrer, mas de facto já temos uma informação considerável de âmbito nacional ou mesmo regional, como é o caso dos Açores, enfim, que também tem feito um trabalho notável, a meu ver, neste domínio, mas falta-nos informação a nível do Concelho.-----

----- Falta em primeiro lugar aquilo que eu chamo uma espécie de radiografia, uma fotografia, mesmo que seja aérea da situação, equivalente ao primeiro inquérito nacional que nós fizemos em 1995. Falava-se muito da violência, nomeadamente da violência contra as mulheres e era fundamentalmente violência contra as mulheres, mas não tínhamos uma ideia de qual era a dimensão da floresta, não tínhamos uma ideia da dimensão do problema, falta-nos ter essa ideia também ao nível dos concelhos e neste caso especificamente ao nível do Concelho de Lisboa. -----

----- Mas não basta de facto, que se nós mudamos de escala e se estivermos a nível nacional, podemos-nos agregar a nível dos distritos, mas se estivermos num trabalho de nível concelhio não podemos ficar pelo concelho, temos que desagregar ao nível das

freguesias e eventualmente ao nível dos bairros, ou seja, é preciso ter estes instrumentos que nos deem a fotografia mais aproximada da realidade do que se passa de facto nos bairros, nas freguesias e nos bairros da cidade de Lisboa, mas estes inquéritos são absolutamente fundamentais e é fundamental repeti-los ao fim de determinados períodos de tempo.-----

----- Fizemos a nível nacional o primeiro inquérito em 1995, cerca de doze anos depois, em 2007, fizemos o mesmo inquérito justamente também a nível nacional e esta análise do que se passou entre 1995 e 2007 foi extremamente importante do ponto de vista da orientação das políticas públicas, nomeadamente dos últimos dois planos, portanto, a nível nacional. -----

----- Mas os dados dos inquéritos, que são a fonte mais fiável para termos uma radiografia da situação, e mesmo assim tem erros, tem margens de erros associados, há uma parte que continua oculta, ou seja, este fenómeno é um fenómeno oculto, nós o que podemos ver é a ponta do iceberg, a maior parte do fenómeno está efetivamente escondida e portanto nós temos que chegar lá com aproximações sucessivas, mas é um fenómeno sucessivamente importante de um ponto de vista dos Direitos Humanos, mas de um ponto de vista político porque também eu não acredito numa sociedade democrática onde mais de 50% das pessoas possam sofrer justamente esse tipo de violência, como nós vimos justamente aqui neste filme, ou seja, não é só uma questão de Direitos Humanos, é uma questão política central na construção de uma sociedade democrática, ou seja, esta informação é absolutamente fundamental mas há outros tipos de dados.-----

----- Há um conjunto de dados sistematizados e que se reportam essencialmente àqueles atos que conseguem sair da parte de baixo do iceberg e que conseguem vir à tona da água, são esses atos os que chegam às Polícias e muito tem sido feito desde 1995, por exemplo, quando nós fizemos o primeiro inquérito até hoje, dos atos que são participados às Polícias, são participados às ONG, à APAV, etc., ou seja, há efetivamente este tipo de atos! Mas não nos iludamos, isto é só a ponta do iceberg, no último inquérito nacional que nós fizemos em 2007 e 2008, que repetimos depois nos Açores, só cerca de 12 a 15% dos casos é que eram denunciados às Polícias, chegavam aos Tribunais ou que chegavam portanto às ONG, ou seja, a grande maioria continuava a ser silenciada, estava oculta e no entanto eram atos absolutamente, enfim, deste tipo dos que nós vimos aqui, cíclicos de uma ciclicidade que pode ir até à morte!-----

----- No entanto esta informação é útil não para nos dar a dimensão do fenómeno, mas para nos dar, é um indicador se quisermos das políticas que estão a ser aplicadas e justamente da ação dos vários atores sociais, nomeadamente da própria Polícia.-----

----- Há a informação que sistematicamente a PSP tem vindo a recolher e a tratar e a analisar a este nível, nomeadamente no relatório de segurança interna, mas não chega, ou seja, para uma intervenção a nível concelhio, com uma desagregação mais fina que deve ir neste caso, pode ir quase até ao local de residência é preciso muito mais, é preciso de facto aqui uma maior disponibilização da informação para que a própria

autarquia possa intervir de uma forma mais sustentada a esse nível em termos de conhecimento. -----

----- É necessário também e há dados neste momento na PSP, há alguns meses atrás eles começaram a administrar uma ficha relativamente às situações de risco, ou seja, às situações e têm uma graduação relativamente ao risco, é preciso de fato ter acesso também à informação a esse nível para que esta intervenção de proximidade possa prevenir justamente a repetição e mesmo o homicídio em alguns casos, é absolutamente fundamental ter acesso a esta informação. -----

----- Posso-vos dizer que num estudo recente, e quando digo recente tem dois meses para aí sensivelmente, de uma investigadora do nosso Observatório, que mostrou que as situações de risco elevado em relação à violência, portanto, contra as mulheres no âmbito da violência doméstica está particularmente associado a situações de vulnerabilidade económica, profissional, nomeadamente em relação às questões de desemprego, ou seja, por exemplo a este nível é preciso ter informação que nos permita avaliar qual a relação que existe entre a atual crise económica e financeira e justamente essa violência que é praticada! Não há informação, um inquérito eventualmente poderia ajudar, mas não havendo efetivamente ainda neste momento nos dados do inquérito há outros indicadores indiretos que se calhar nos poderiam ajudar a esse nível!-----

----- É também necessária mais informação sobre o que é investigado e julgado, nomeadamente a nível do DIAP, do Instituto de Medicina Legal e dos Tribunais, penso que a colega que irá fazer uma intervenção em seguida abordará uma parte desta questão.-----

----- Uma outra área que eu acho fundamentalmente fundamental, a área da saúde. Muitos dos casos e isto é claramente em resultados dos vários estudos que nós fizemos neste domínio nomeadamente em relação às questões da saúde, muitos dos casos que mais tarde passam pelas polícias ou terminam mesmo de uma forma trágica nos Institutos de Medicina Legal passaram antes pelas urgências dos Hospitais e pelos Centros de Saúde.-----

----- Temos vindo no Observatório a recolher informação a este nível, mas ainda insuficiente e é insuficiente não porque não tenhamos vontade, temos muita vontade e estamos muito empenhados nessa recolha, é insuficiente porque são muitas as dificuldades para conseguir ultrapassar as barreiras que muitas vezes são colocadas ao nível justamente do tratamento da recolha e do tratamento desta informação, eu diria que é absolutamente fundamental que a Autarquia se possa empenhar a este nível no sentido de evidentemente mantendo todos os cuidados em termos éticos em relação à informação que é recolhida, mas que permita de facto dar saltos importantes e prevenir também a este nível algumas das situações mais dramáticas que podem vir a surgir no futuro. -----

----- É necessária informação num outro domínio em relação à própria avaliação das políticas públicas, já se tem feito alguma coisa muito a este nível mas é preciso agora começar a avaliar aquilo que se tem feito, corrigir trajetórias, há aspetos que têm que ser corrigidos e, portanto, nesse sentido é preciso também uma monitorização

permanente em relação às ações que efetivamente vão sendo feitas, mas na minha perspectiva ou na nossa perspectiva de Observatório nunca invertendo a polaridade e o objetivo principal, o objetivo principal não é a avaliação, o objetivo principal, para não ficarmos avaliadores dos avaliadores das avaliações que muito se tem feito neste país em vários domínios, infelizmente a meu ver, mas o nosso objetivo é tornar as medidas mais eficazes, é esse o objetivo, a avaliação é um meio, a avaliação é um meio e não é um fim! -----

----- Finalmente e deixo claramente para o fim uma questão que é a meu ver crucial, eu diria mesmo que é pedra de toque a este nível, em vinte anos de políticas públicas em relação à violência contra as mulheres, à violência doméstica e à violência de género, e esta sequência tem um sentido, corresponde também ao conhecimento que fomos adquirindo justamente ao longo destes vinte anos, este conhecimento vem-nos dizer que esta violência é uma violência fundamentalmente de género, é uma violência que é baseada nas desigualdades de género e as desigualdades de género são um fenómeno estrutural, não são um fenómeno conjuntural que as melhores medidas são do ponto de vista do combate, da proteção das vítimas e do próprio apoio às vítimas que se possa resolver a curto prazo, não! Este é um tipo de violência, é um tipo de desigualdades que estão enraizadas na organização e funcionamento das sociedades ao longo de décadas ou mesmo de séculos, é esse também o resultado das investigações que temos vindo a fazer. -----

----- A sua solução e esta era uma das questões que, enfim, a colega colocava há pouco: como quebrar os ciclos da violência? A sua solução exige uma intervenção consistente e continuada que pode durar várias gerações. A prevenção é absolutamente fundamental a este nível, absolutamente fundamental, mas esta prevenção não se faz só com campanhas, as campanhas são ótimas, terão os seus efeitos e produzem evidentemente muitos resultados mediáticos mas é necessário ir mais longe, é preciso mobilizar todos os agentes educativos, começar pela escola, não é só a escola evidentemente, a escola não pode resolver tudo como alguns especialistas desta área costumam dizer, mas a escola de facto é na nossa sociedade um dos pontos por onde é preciso começar, mas é preciso continuar e alargar a intervenção ao nível das associações de jovens e para jovens, nomeadamente em relação às desportivas. Todos os agentes que intervêm na educação ou na formação e na socialização devem efetivamente ser chamados a intervir em todo este processo, devem ser chamados a participar e esta é uma tarefa de todos e de todas! -----

----- Ou seja, na minha perspectiva ajudar a construir novas identidades de género que não se baseiem em relações de poder, no fundo é preciso quebrar o ciclo da violência, ou seja, é preciso que os jovens e os adultos de amanhã não sejam nem vítimas nem agressores! -----

----- Só um dado resultante do outro estudo que fizemos junto ao Instituto de Medicina Legal, 97% das mulheres vítimas que tinham filhos os filhos assistiam aos atos de violência como no filme. Cerca de 70% dos casos as próprias crianças eram vítimas diretas também desse mesma violência, não só indiretas porque viam, mas também vítimas diretas e a questão que se nos coloca ou que se nos colocava quando

analisamos estes resultados, qual é o papel destas crianças em todo este processo? Além de vítimas elas podem ter um papel ou têm normalmente um papel que é terrível de um ponto de vista da manutenção do fenómeno, é que elas podem funcionar ou como vítimas ou como agressoras, por onde? Pela via da naturalização da própria violência, ou seja, passa a ser uma forma normal, entre aspas, de comunicarem duas pessoas, neste caso uma mãe e um pai, um homem e uma mulher, ou seja, vão ampliando toda esta dimensão justamente da construção de identidades de género baseadas em relações de poder e em relações de força, é preciso começar a quebrar o ciclo por aí, é justamente a esse nível, ou seja, é necessário também a este nível não é ter só a informação sobre o que já se faz do ponto de vista do combate e de apoio em relação às vítimas, é preciso também ter informação organizada e rigorosa sobre estas dimensões que têm a ver com a prevenção!-----

----- E não nos esqueçamos, é que esta prevenção é uma tarefa de longo prazo e, portanto, a sua monitorização é absolutamente fundamental, são necessários a este nível estudos de *follow up* que possam seguir justamente estas crianças que foram, digamos lá assim, que quando se começou a trabalhar na escola primária ou mesmo no infantário e assim sucessivamente ao longo da sua vida. -----

----- Termino com uma ideia central que norteou toda esta minha comunicação e que é uma ideia que é uma ideia que eu não me canso de repetir, e não é só pelo facto de estar na universidade, mas não me canso de repetir, é que a definição de políticas públicas, a intervenção e a monitorização neste domínio requer um reconhecimento sistemático rigoroso e continuado. Um conhecimento que tem que ser rigoroso mas que tem que ser também um conhecimento prático orientado para a ação e próximo das pessoas, é isso que a meu ver é absolutamente necessário numa perspetiva de facto integrada e eu penso que este plano é um contributo extremamente importante e também é importante a esse nível -----

----- Muito obrigado e fico à vossa disposição depois para o debate.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós é que agradecemos, acho que foi muito importante e muito interessante a sua comunicação e ficámos todos a saber um pouco mais e a perceber um pouco melhor a dinâmica de todos este processo.-----

----- Ia passar agora a palavra à Mestre Beatriz Pacheco que me perguntou sobre o que é que devia falar eu disse-lhe que fale do que lhe apetecer e, portanto, tem toda a liberdade.-----

----- **A Mestre Beatriz Pacheco**, do Centro de Estudos Judiciários, fez a seguinte intervenção inicial:-----

----- Muito boa-tarde, antes de mais cumprimento a Senhora Arquiteta Helena Roseta, Muito Ilustre Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Lisboa; margarida Leitão, autora e realizadora da curta-metragem “Zoo”, premiada pela Comissão de Cidadania e Igualdade de Género; o Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa, com quem já tive o prazer de partilhar a mesa; o senhor Arquitecto João Afonso; todos e todas as presentes. -----

----- Aproveito ainda para agradecer e congratular a Assembleia Municipal de Lisboa, a qual na pessoa da sua ilustre Presidente Helena Roseta muito me honrou com o convite para ser oradora neste debate temático acerca da Erradicação da Violência Contra as Mulheres. -----

----- Com efeito é um grande prazer para mim estar aqui hoje a participar nesta estimulante e enriquecedora discussão acerca do premente combate às várias formas de violência contra as mulheres, salientando que nos termos do Artigo 3^a. alínea f) da Convenção de Istambul o substantivo “mulheres” também abrange todas as raparigas com menos de 18 anos de idade.-----

----- Tendo como panorama de fundo um quadro onde teimosamente permanecem enraizados estereótipos de género e doutrinas de negação dos crimes e de culpabilização das vítimas não posso deixar de transmitir à Assembleia Municipal de Lisboa os meus mais sinceros parabéns pelo papel extremamente ativo no combate a este fenómeno epidémico. -----

----- É fundamental a existência deste tipo de iniciativas visando a sensibilização e a consciencialização da comunidade para o flagelo social da violação dos Direitos Humanos das Crianças e das Mulheres, iniciativas estas que contribuem para o aprofundamento dos nossos conhecimentos e para a promoção das reformas legais que se afiguram prementes.-----

----- Com efeito, como afirma a Senhora Doutora Juíza Conselheira Clara Sotomaior, os juristas devem impressionar reformas legais e denunciar a má interpretação e aplicação da Lei, assim antes de abordar os dados que trazia hoje queria apenas salientar que depois vou começar pela segunda intervenção desta brilhante intervenção do Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa. -----

----- Aqui nas minhas notas destaquei cinco palavras-chave: a articulação, a proximidade, o conhecimento, as cifras negras e por fim a violência de género. -----

----- Em relação à fantástica curta-metragem a que assistimos também vou abordando porque penso que está ligada com toda esta situação de violência do género e com o facto das crianças de facto depois destes dados alarmantes que acabamos de ouvir, 97% de vítimas indiretas do crime, 70% sendo mesmo vítimas diretas.-----

----- Assim enquanto Auditora de Justiça não posso deixar de salientar que foi aprovada no Brasil muito recentemente a Lei 8.305/2014 que criminaliza o femicídio estabelecendo uma pena de prisão entre os 12 e os 30 anos, ora nos termos do Artigo 152 n.º. 1 e n.º. 3 alínea b) do nosso Código Penal se das condutas da violência doméstica resultar a morte das vítimas o agressor é punido com uma pena de prisão de 3 a 10 anos.-----

----- Também não posso deixar de salientar que no ano passado segundo os dados estatísticos do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAP morreram 43 mulheres na sequência de episódios de violência doméstica, dos quais 35 foram cometidos por companheiros tanto atuais como do passado. Acresce que também em 2004, 2010 e 2012 o número de mulheres mortas vítimas de violência doméstica ascendeu a 40. O que é que isto quer dizer? Que continuamos com o mesmo número, ou seja, continuamos sem conseguir combater este flagelo social. -----

----- Sendo que como alerta a brilhante curta-metragem da Margarida Leitão, a que assistimos agora, através da criança que eu por acaso através da minha pesquisa vi que se chamava Ana. Não é? E que tinha seis anos. Os filhos da violência doméstica são as vítimas ocultas silenciosas e indiretas deste crime público. -----

----- Aliás, logo no preâmbulo a Convenção de Istambul reconhece que as crianças são vítimas de violência doméstica, designadamente como testemunhas da violência na família e de facto observamos através da curta-metragem que aqui a pequena Ana estava sempre silenciosa, sempre a assistir, no início até tentava ligar a televisão para abafar as discussões entre os pais, assistimos sempre a um ciclo de facto vicioso de avanços e recuos porque há agressões, mas depois o agressor quando sente que está a perder o controle então aí volta e através de pedidos de desculpa, de prendas, como a oferta do colar, enfim, toda a uma série de tentativas de sedução e também sempre frequente, sempre constante nesta criminalidade a manipulação da criança tentando tirar informações do outro progenitor, acabando por a criança ser como uma bola de ping-pong entre os dois pais aqui. -----

----- Com efeito penso que os filhos da violência doméstica estão sempre em perigo e precisam de proteção, penso ser um mito pensar que o agressor também pode ser um bom pai, tratar bem os filhos. Vemos que o agressor, no caso e pelo que vimos, lá está, depois tenta aproximar-se da filha e através de facto daquele dialeto todo, que todos nós conhecemos, mas de facto a Ana assiste a tudo, a todas as discussões, a todos os gritos, a todas as idas e voltas e não podemos deixar de salientar que assistir a condutas desta natureza entre os pais origina penosas consequências para o desenvolvimento integral das crianças, consequências tão graves como a perturbação e o stress pós-traumático, em que há um horror que fica registado nos circuitos emocionais do cérebro e então é revivido ciclicamente ao longo da vida, depressões, comportamentos regressivos, enurese, dependência para dormir e para comer, um certo afastamento ou dos adultos em geral em que se lamenta a agorafobia e por aí além. -----

----- Assim, a exposição à violência interparental é passível de integrar a prática de um crime de maus tratos psíquicos à criança, crime esse previsto e punido no Artigo 152-A n.º 1 b) do Código Penal com uma pena de prisão de 1 a 5 anos. -----

----- O crime de violência doméstica por sua vez encontra-se tipificado autonomamente desde a Reforma Penal de 2007, no Artigo 152 do Código Penal e pune condutas que sejam reiteradas ou não que constituam maus tratos físicos ou psíquicos. -----

----- Ora bem, estamos perante crimes com particulares características uma vez que como vimos são praticados na intimidade, dentro de casa e por isso o número de cifras negras, como também aqui já foi abordado pelo Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa, é elevadíssimo, de facto este género de violência muitas vezes e demasiadas vezes silenciado, inclusive pela própria vítima. Tal facto costuma suceder devido a um pedido de segredo por parte do agressor, a toda a vergonha e aos sentimentos de culpa que as vítimas acabam por desenvolver, às dúvidas quanto à eficácia da denúncia, à ausência de recursos financeiros também aqui foi aflorado no contexto da crise que

vivemos e sobretudo a todo o clima de medo tanto pelas consequências da denúncia sobre a própria vítima como também sobre os filhos, ao que acrescem inúmeras dificuldades de prova devido à inexistência de quaisquer testemunhas que tenham presenciado os factos, além evidentemente e como vimos também através da curta-metragem do próprio agressor, da vítima e muitas vezes das filhas que são as vítimas indiretas do crime, ou senão mesmo vítimas diretas. -----

----- Além do mais sabemos que muitas vezes a vítima é impedida pelo agressor de se dirigir ao hospital e então através daí não temos relatórios médicos que comprovem marcas físicas e emocionais da violência. Penso que um crime que seja praticado dentro da casa deve ter tanta ou mais gravidade e importância do que um crime praticado em locais públicos. -----

----- Não nos podemos esquecer eu se trata de um crime contra as pessoas, com efeito estamos perante condutas atentatórias da dignidade da pessoa humana, da saúde, do livre desenvolvimento da personalidade, da igualdade de género, ou seja, estamos perante uma grave violação dos Direitos Humanos das mulheres. -----

----- Além do mais neste tipo de criminalidade assistimos a taxas de reincidência na ordem de 25 a 50%, sendo que não podemos olvidar que o fenómeno epidémico da violência contra as mulheres é um fenómeno transversal abrangendo todas as idades. Com efeito segundo os dados estatísticos fornecidos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima em cada mil idosos portugueses 123 podem ser alvo de violência, sendo que depois dos 76 anos a possibilidade dos idosos sofrerem algum tipo de violência cresce 10% a cada ano. Note-se que a média dos idosos alvo de violência nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas. -----

----- Muitos idosos não têm consciência dos seus direitos fundamentais e desconhecem as leis que os protegem da violência doméstica, o que os impede de denunciarem os maus-tratos que lhes são infligidos. Além do mais muitos idosos não têm recursos socioeconómicos e pensam que não vale a pena submeterem-se a uma exposição decorrente de uma ação penal contra o agressor, que além do mais muitas vezes é um familiar próximo. -----

----- A este propósito queria apenas salientar que a crença que a violência contra os idosos é um fenómeno novo e exclusivo das sociedades atuais e tem sido desconstruída através de inúmeros estudos, com efeito nas sociedades pré-industriais os mais velhos eram com frequência abandonados, o que é recente então é a sua maior visibilidade e o seu reconhecimento desta forma de violência como um problema humano e social que necessita de uma intervenção social, legal e judicial. -----

----- Assim, por uma vida em igualdade e segurança em que sejam salvaguardadas a dignidade da pessoa humana, a integridade física e psíquica e a garantia de acesso aos sistemas de justiça e de proteção social, penso ser necessário um maior apoio e uma maior eficiência e celeridade na resposta dada aos pedidos de ajuda das vítimas de violência doméstica, prevenir, intervir junto dos agressores, impor a retirada do agressor da residência onde habita com a vítima, é crucial, sendo que não podemos prescindir de uma abordagem multidisciplinar entrecruzando várias áreas do saber,

uma vez que o sistema judicial sozinho não consegue dar resposta e esta criminalidade. -----

----- Assim, são de louvar as ações de formação que têm sido levadas a cabo preparando assistentes sociais assim como enfermeiros e técnicos de saúde para identificar sinais de violência do género. São também de louvar as bolsas de habitação com cobertura nacional destinadas a vítimas de violência doméstica no momento da saída das casas de abrigo que foram recentemente criadas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e é também fundamental uma intervenção terapêutica familiar, individual e sócio educativa nestas situações. -----

----- Com efeito e como foi afluído também pelo Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa a prevenção deveria surgir primeiro na família, depois na escola e por fim na comunicação social. -----

----- É também uma mais-valia a conjugação do Artigo 152 n.ºs 4 e 5 do Código Penal com os Artigos 35 e 36 da Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro que preveem a pena acessória de proibição de contactos com a vítima que pode ser imposta sem consentimentos ao agressor, com mecanismos de vigilância à distância. -----

----- Segundo um relatório apresentado no início deste mês pela agência para Os Direitos Fundamentais da União Europeia um quarto das mulheres portuguesas já foi vítima de violência infligida pelos respetivos parceiros, sendo que 34% das portuguesas ignoravam a existência de leis que protegem as mulheres vítimas de violência doméstica, o que demonstra claramente a necessidade de políticas de sensibilização e consciencialização e uma urgência de uma interiorização de uma cultura de respeito e de não violência. -----

----- Com efeito o que urge, e como também aqui já foi afluído pela Margarida Leitão, uma mudança de mentalidades através de uma prevenção primária ao nível das representações sociais, uma vez que a crença tradicional e patriarcal de que o recurso à violência é aceitável prediz o aparecimento posterior de comportamentos violentos, assim como quantos mais preconceitos tem uma pessoa acerca dos crimes contra as mulheres, incluindo a ideia preconcebida de que as mulheres provocam um agressor pela forma como se comportam, mais essa pessoa vê a vítima como culpada pelo seu destino e menos provável é considerar que o agressor deva ser responsabilizado pelo crime cometido. -----

----- Como nem tudo é mau quero referir que se em 2011 apenas 13 mulheres vítimas tinham sistema de teleassistência, que consiste num pequeno aparelho que podem acionar em casa em caso de emergência e que é monitorizado pela Cruz Vermelha Portuguesa em fevereiro deste ano, já dispunha deste mecanismo 137 vítimas. -----

----- Estamos perante uma realidade bem mais visível do que há muito tempo atrás e muito há para fazer. Evidentemente que todas essas iniciativas e medidas de erradicação da violência contra as mulheres exigem muita participação e muito labor, mas penso ser este o caminho permitindo-me deixar aqui as pequenas pistas como mote para o debate. -----

----- Não considero que as mulheres e os homens estejam em diferentes patamares penso que há apenas um lado da humanidade, esse lado está assente na igualdade, na

dignidade, na liberdade e no respeito mútuo, mas é preciso lutarmos para chegarmos a esse ponto de equilíbrio, penso que o caminho também passa por refletirmos, discutirmos e divulgarmos o fenómeno epidémico da violência contra as mulheres. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, acho que também foi bastante importante a sua comunicação e além de muito conhecedora muito vibrante para todos nós.-----

----- Agora iria dar a palavra ao nosso último orador, o nosso Vereador dos Direitos Sociais que nos dirá da sua justiça.”-----

----- **O Senhor Arquiteto João Afonso, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa**, de pelouro dos Direitos Sociais fez uma apresentação em PowerPoint e fez uma intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Professor Manuel Lisboa, Doutora Beatriz Pacheco, Doutora Margarida Leitão, Senhores Deputados Municipais, Senhoras Deputadas Municipais, Senhora Vereadora Paula Marques, todos os Municípes, todos os lisboetas aqui presentes.-----

----- Começando pela Erradicação da Violência Contra as Mulheres, hoje de manhã comecei o dia às 9 horas da manhã numa Conferência sobre Ciganos e a Educação e um dos temas que se falou, muito rapidamente, porque eu depois tive que vir para a reunião de Câmara, era a importância do trabalho com as mulheres ciganas para a desconstrução de uma série de valores e de padrões de comportamento dados como adquiridos e que é preciso mudar, um deles obviamente todas as questões que se prendem com a discriminação do género.-----

----- Porque é que eu falo desta participação matinal? Da mesma forma que poderia falar da abertura do Espaço Lisboa Jovem à pouco, durante a tarde de hoje, que é Dia do Estudante, porque no Espaço Lisboa Jovem está em curso um programa pela Associação de Planeamento familiar aberto preferencialmente aos moradores do Bairro do Armador e de Chelas, mas a todos os jovens, em que falamos também das questões de género, a necessidade de falar abertamente todas as questões, entre as quais as questões da violência doméstica e da violência contra as mulheres, e eu diria então de que é que eu falo, este é o tema que se fala sempre, é o tema que se estará sempre implicitamente a falar quando se fala de Direitos Sociais, quando se fala de Direitos Humanos.-----

----- Nós não estamos a inventar nada de facto, é no plano internacional e no plano europeu que todo este debate se tem vindo a fazer, é óbvio que este é também um debate nacional, nós estamos de facto no 5º. Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e estamos no nosso 1º. Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.-----

----- Este Plano começou a ser delineado em 2012, por proposta da então Vereadora do Desenvolvimento Social, a Arquiteta Helena Roseta e ele começou de facto como um Plano de Combate à Violência Doméstica, depois com a publicação do 5º. Plano

Nacional passámos, incluímos também por decisão da Câmara as questões de género neste plano. -----

----- O Plano de Ação para os Direitos Sociais, que eu já tive o prazer de apresentar aqui nesta Assembleia Municipal integra no eixo da coesão social as questões das políticas da igualdade de género, é o reconhecimento político que a prevenção da violência e a promoção de uma cultura de igualdade de género é essencial, não basta ter programas e planos há também que dizer que politicamente e publicamente que esta é uma questão primordial. -----

----- O Plano Municipal, passo à frente, é um documento estratégico que pretende conferir coerência sistémica à intervenção municipal neste domínio, abrange cinco áreas de trabalho, cinco áreas estratégicas de intervenção coordenadas pelas organizações de grupo restrito de acompanhamento com um conjunto de 32 medidas de política local, com respetivos indicadores de execução, para serem implementadas até 2017. É um Plano do Município, do município com uma área territorial, município como estrutura de organização, como estrutura de serviço público, mas é um Plano feito pela Câmara com as organizações para todos. -----

----- Os eixos são, como já aqui foi dito aqueles que é essencial trabalhar ou o que foi considerado essencial pelas organizações que com ele estão a trabalhar, informar, sensibilizar e educar, que incluem 7 medidas, proteger as vítimas e promover a integração social com mais 7 medidas, prevenir a reincidência e a intervenção com agressores, tem 3 medidas, qualificar os profissionais e por fim investigar e monitorizar, 5 áreas de intervenção estratégica que nenhuma delas pode ficar para trás nem nenhuma delas pode avançar à frente de todas as outras. No fim na verdade é um conjunto de 32 medidas que queremos levar até ao fim e desenvolver até 2017 com as várias organizações que estão ali anunciadas, aquelas são as que assumiram a sua responsabilidade, a responsabilidade de as implementar, mas acompanhadas mais de um conjunto vasto de organizações. -----

----- Perguntam-me: bom, Plano já temos, o que é que se está a fazer ou o que é que já foi feito? Enunciamos só aqui algumas neste slide: já foi feita a sensibilização de profissionais ou começaram a ser feitas essa sensibilização aos profissionais sobre o assédio sexual no local de trabalho, foram feitas 4 ações em setembro e outubro de 2014; participámos na campanha de sensibilização contra o assédio sexual no local de trabalho, em parceria com o UMAR, aquele spot de TV foi realizado, produzido com meios do próprio Município de Lisboa e foi também numa colaboração com a RTP que passou em canal aberto durante alguns dias, durante o período de apresentação da campanha; apoiámos a Conferência Internacional sobre sobreviventes do crime de violação, organizado pela OMC; fizemos formação para a igualdade e violência de género para o pessoal técnico da GEBALIS em todos os bairros, os bairros municipais de Lisboa que com os seus Gabinetes de Bairro são uma estrutura base na prevenção e na deteção de problemas vários ao nível social, mas sem dúvida das questões da violência doméstica, um sinal, um farol para a sinalização destes casos e também muito recentemente lançámos a campanha Mais Igualdade alertando para a

importância da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e o papel dos pais na vida familiar. -----

----- Poderia falar de outras ações que começaram já há mais tempo, também não assim tanto, como o curso para a parentalidade do espaço A Brincar em coordenação com as várias CPCJ de Lisboa, Comissões de Proteção a Crianças e Jovens, que assinalaram pais, famílias que precisam de apoio e formação no âmbito da parentalidade e que no espaço A Brincar de uma forma didática aprenderam o que é a vida em família, ou um protocolo, que já falei, com a Associação de Planeamento Familiar. -----

----- A inclusão deste tema no Plano Local para a Integração dos Emigrantes onde ele foi discutido ou a inclusão também deste tema no Fórum da Cidadania e em todos os Planos e em todos os Fóruns de Debate que temos organizado. -----

----- O Plano de Ação para 2015 ainda está em finalização, ainda não está pronto, mas queria sublinhar a medida oito, queria dar destaque à medida oito que diz respeito à Rede de Intervenção Especializada na Violência, não só pelo número de atores privilegiados que estão envolvidos mas também pela sua articulação direta, ou seja, é uma medida que acima de tudo é possível graças à participação de todos, todos, todos aqueles que estão na Plataforma e o que nós queremos com o Plano e com o que queremos com esta Ação de Intervenção é uma estratégia articulada, uma estratégia que faça a prevenção, que trabalhe na prevenção e que trabalhe no combate à violência doméstica. -----

----- Creio que temos um quadro de reconhecimento político internacional, um quadro de reconhecimento nacional, creio que temos ferramentas mas temos que continuar a trabalhar muito, muito!-----

----- Termino com este slide com uma afirmação do Banco Mundial, muitas vezes entidade insuspeita quando se fala destas matérias, mas diz o Banco Mundial e com muita certeza, “A igualdade de género é a premissa fundamental e ferramenta de desenvolvimento, a igualdade não é apenas uma questão de justiça mas também uma política de desenvolvimento inteligente”. É isso que nós queremos, uma cidade inteligente! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador pelo panorama que nos traçou, pelo trabalho que já foi feito, pelo grande empenho que a Câmara tem mostrado nesta matéria e pela perspetiva integrada e ligada às organizações e à rede. Vai continuar?-----

----- Peço desculpa, pensei que já tinha terminado, não há crise!-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso,** de pelouro dos Direitos Sociais, terminou a sua apresentação com a passagem de mais um slide sobre o tema.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, estamos a assistir à criatividade de facto das mensagens que queremos passar e que queremos receber também, portanto, obrigada e acho que sim, que os homens são fortes o suficiente para cuidar das crianças e as mulheres são fortes

o suficiente para cuidar dos países! Portanto, podemos perfeitamente partilhar estas tarefas!-----

----- Meus Caros Deputados Municipais, Deputadas Municipais, ouvintes e cidadãos que estão aqui connosco e cidadãs.-----

----- Temos quatro Senhoras deputadas Municipais inscritas para falar por parte do público, lembro que temos só em princípio três minutos a cada pessoa, a cada uma das Senhoras Deputadas, cinco aliás, vou passar a palavra rapidamente às Senhoras Deputadas Municipais que estão na sala e depois a Mesa fará um comentário final para concluirmos esta nossa sessão.-----

----- Em primeiro lugar não é uma Senhora Deputada Municipal, é um Senhor Deputado Municipal, aliás, é o autor da iniciativa, portanto, penso que não ficará magoado por dizermos Senhora Deputada, porque as Deputadas toda a vida nos chamaram Deputados Municipais e nós nunca nos insurgimos contra isso! -----

----- Portanto, seja bem-vindo Senhor Deputado Municipal Miguel Santos. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, a todos os presentes na sala. -----

----- Quero antes de mais agradecer o facto de durante a minha ausência por motivos de saúde, a Sra. Presidente, colegas deputados e outros intervenientes terem-se referido à minha condição de saúde desejando-me o pronto restabelecimento, bem como ao facto de este ciclo de sessões ter sido iniciado pelo PAN - Pessoas-Animais-Natureza. -----

----- Como já aqui foi referido, o Partido Pessoas-Animais-Natureza apresentou à Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa a proposta para este debate temático – um debate com o tema: Erradicação da Violência Contra as Mulheres, referindo expressamente a Convenção de Istambul.-----

----- E não temos dúvidas que todos concordam que é imprescindível tanto para os cidadãos de Lisboa, como para todos os portugueses, debater, discutir e frisar esta temática.-----

----- Contudo, não podemos deixar de referir que é grave estarmos no século XXI, mais precisamente a meio da 2ª década do século XXI, a realizar este debate, pois ele só acontece porque milhões de mulheres e raparigas no Mundo continuam privadas do direito de viverem livres de violência. -----

----- E, apesar de se ter referido muito a “violência doméstica”, não nos podemos esquecer que essa é apenas 1 das formas de violência diariamente cometidas contra mulheres, raparigas, crianças e não só. -----

----- Este debate foi sobre Erradicação da Violência Contra as Mulheres e sobre a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, mais conhecida por Convenção de Istambul. ----

----- E a Convenção de Istambul pretende que os Estados Membros definam e criminalizem casamento forçado, mutilação genital feminina, assédio sexual, violências física, psicológica e sexual, violação, aborto forçado e esterilização

forçada; e inclui medidas de proteção das vítimas e de prevenção da violência, num esforço pan-europeu para eliminar todas as formas de violência contra mulheres e raparigas. -----

----- Ao longo do debate, quem não sabia, ficou a saber: -----

----- - Que a violência é transversal na sociedade, e atinge mulheres e raparigas de qualquer meio, idade, raça, religião, origem social, estatuto de migração ou orientação sexual. -----

----- - Que, tal como a própria a Convenção refere, a violência contra as mulheres é baseada na discriminação de género; -----

----- - Que estamos perante crimes contra a humanidade. -----

----- Em Portugal, já vamos no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, o qual se baseia nos pressupostos da Convenção de Istambul, mas será que as mulheres e raparigas em Portugal se sentem seguras, e encorajadas a pedir ajuda? Será que é isso que vemos nos noticiários e que nos dizem as estatísticas?

----- E, do que foi aqui falado, aparentemente, todo o processo está corrompido e as mulheres e raparigas vítimas de violência (seja ela qual for), em Portugal, têm infelizmente a noção de que dificilmente vão ser ouvidas, de que dificilmente vão ser protegidas e que provavelmente o seu caso não vai chegar a tribunal, pois alguém se vai escudar na dificuldade da recolha da prova, nisto ou naquilo.-----

----- Antes de terminar a minha intervenção, gostaria chamar a atenção para um aspeto que foi salientado por vários intervenientes e é na nossa opinião, fulcral para o estado atual das mentalidades na sociedade, abrangendo Homens e Mulheres, e que levam a que a Violência contra as Mulheres seja um tema ainda hoje em discussão - A educação de meninos e meninas das novas gerações, logo a partir dos 3 anos, em ambiente escolar com carácter de obrigatoriedade, no sentido de criarmos uma sociedade que garanta a igualdade de oportunidades e a universalidade dos direitos humanos, independentemente do género e da orientação sexual de cada ser humano tona-se obrigatória. A educação para a cidadania, neste e noutros aspetos que dizem respeito à ética de cidadania para com as Pessoas, Animais e Natureza, tem que deixar de ser algo opcional, devendo possuir conteúdo universal dentro do nosso país. Por esta razão manifestámos a nossa preocupação com a municipalização de conteúdos educacionais, e o dano que isso pode causar ao longo das sensibilidades culturais de 308 municípios e executivos camarários. -----

----- Terminando. -----

----- O que gostaríamos que resultasse deste Debate: -----

----- - A sensibilização da sociedade civil, do sistema educativo, do poder judicial e das forças de segurança, ou seja de todos nós, para esta problemática e para a necessidade de agir; -----

----- - E, um conjunto de medidas exequíveis que altere positivamente o quotidiano das mulheres e raparigas vítimas de violência, para que elas acreditem que têm a quem recorrer, que não têm de continuar naquele ciclo, que há alternativas, que não são obrigadas a casar, que não deviam ser mutiladas, que não têm de permitir que as

filhas sejam violentadas, ou mutiladas, que não têm de todos os dias ter colegas de trabalho a persegui-las, e por aí fora. -----

----- Obrigada a todos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cumprimento a mesa e felicito a AML pela organização deste ciclo de debates sobre um problema que constitui uma chaga social e com consequências graves para as vítimas, sejam diretas ou indiretas. -----

----- Diz-nos o Conselho da Europa, na sua recente recomendação de Fevereiro de 2014, que um delinquente perigoso é uma pessoa condenada por um crime sexual ou uma violência praticada com extrema gravidade contra uma ou mais pessoas e com grande probabilidade de reincidência. -----

----- A violência doméstica enquadra-se, quanto a mim, mas gostava da opinião da mesa, na definição de crime violento, uma vez que atenta contra a vida humana. O atentado que o agressor faz à integridade física ou psíquica de outrem, e a constatação da existência de um dano contra uma ou várias pessoas, são inerentes ao crime violento e ao crime de violência doméstica. -----

----- A violência doméstica é um fenómeno social complexo, pois a probabilidade do sujeito incorrer num ato violento também é afetada por variáveis de interação social. É inevitável pensar que o contexto de desemprego, pobreza e a austeridade, que criou insegurança e incerteza, fragilizou os laços sociais e comunitários e favoreceu os comportamentos que denotam a frustração social e a impotência individual para fazer face a estes problemas, numa sociedade que se tornou implacável. -----

----- Torna-se, assim, prioritário, adotar políticas concertadas que controlem o comportamento violento, conotando-o como ilegítimo, juridicamente condenado, eticamente censurável, associado à ausência de cultura cívica e socialmente inaceitável. -----

----- Para além da intervenção face a um crime, deverá atender-se à prevenção primária, com ações dirigidas a toda a população, como forma preventiva de erradicação deste fenómeno. Esta prevenção compreende um conjunto de estratégias desenvolvidas para promover uma cultura de não-violência e de cidadania, e promover novas relações sociais que permitam a igualdade entre homens e mulheres. Neste campo, penso que o Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa vai ao encontro destas preocupações. -

----- O elevado número de homicídios e a violência letal é inaceitável numa sociedade democrática. A par da visibilidade dos atos de violência, é necessário, a meu ver, também divulgar o que a ciência sabe sobre os perfis dos agressores mais violentos e sobre o seu controlo, sob pena do fenómeno se tornar epidémico e extremamente perigoso. -----

----- Neste sentido, penso que assume importância a avaliação da perigosidade-letalidade. Embora todos os agressores domésticos sejam potencialmente letais, a experiência científica desta realidade leva-nos a acreditar que há alguns mais propensos a serem perigosos ou letais. -----

----- Penso que também será importante refletir sobre os requisitos legalmente exigidos para a aplicação de uma medida de coação, assim como das eventuais consequências da aplicação dessa medida.-----

----- E aqui questiono se as medidas de coação aplicadas serão as mais adequadas para a violência doméstica de elevado risco. Por exemplo, a aplicação de uma medida de vigilância eletrônica de obrigação de permanência na habitação será suficiente para controlar um indivíduo com um perfil obsessivo ou narcísico? O auto confinamento a um determinado espaço será suficiente?-----

----- No plano da solução judiciária e tipo de processo, questiono: se a violência doméstica se insere no tipo de criminalidade violenta, porque é que se adota normalmente neste crime a solução jurídica da suspensão provisória do processo, situação processual destinada à criminalidade não violenta e pontual?-----

----- A experiência mostra que as vítimas têm dificuldade em cooperar com o sistema judicial. Mas a experiência também diz que se verifica uma maior cooperação judicial quando as vítimas se sentem seguras e quando se gera um clima de suporte, que inclui medidas eficazes de contenção e prisão dos agressores ou pronta detenção do agressor quando incumpe ordens judiciais de afastamento, e estratégias judiciais de acusação e de julgamento que não dependam apenas dos testemunhos das vítimas. -----

----- O sistema judicial pode ser, assim, um incremento de perigosidade em certos casos. O sistema judicial por si próprio não trata o agressor. É importante que a justiça possa contar com o apoio de profissionais com conhecimentos, formação e experiência para a eficácia das respostas, profissionais que saibam fazer uma avaliação competente do perfil do agressor, e que saibam encaminhá-lo para os recursos psiquiátricos, psicológicos ou sociais necessários para a sua reabilitação. -----

----- Por isso, pergunto sobre a importância do Programa para Agressores de Violência Doméstica, pois a ideia que tenho é que a sua implementação foi bem efetuada no Norte do País, mas o mesmo não aconteceu na região de Lisboa, o que me preocupa. -----

----- A violência contra as mulheres é uma realidade, e apesar dos vários Planos Nacionais para a Igualdade e Contra a Violência Doméstica e das campanhas já realizadas, o crime parece não estar a diminuir. -----

----- É fundamental combater este problema, e entendo que as autarquias têm aqui um papel importante, na medida em que poderão ter um papel ativo na sua denúncia e no auxílio às pessoas vítimas de violência, nomeadamente mulheres e pessoas idosas. -

----- As autarquias, pela sua proximidade privilegiada com a população, poderão ser um importante veículo de informação e formação, nomeadamente no que se refere aos direitos das pessoas vítimas de violência doméstica.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Em primeiro lugar quero saudar todos os que têm assistido e participado neste debate e agradecer, naturalmente, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes» as intervenções e contributos dos oradores convidados.-----

----- Chegando a esta quarta e última sessão do debate sobre a erradicação da violência contra as mulheres é já possível fazer um balanço e elaborar algumas conclusões.-----

----- Penso que é unânime que seria desejável que este debate tivesse sido, em todas as suas sessões, mais participado, tanto por parte dos deputados municipais como por parte dos cidadãos, porque este é um assunto que nos diz respeito a todos, sem exceção, e ninguém pode ficar de fora desta discussão e reflexão.-----

----- É consensual que a violência contra as mulheres, qualquer tipo de violência, deve ser erradicada. Ninguém tem dúvidas em relação a isso e ninguém é de opinião contrária. Aparentemente, este será dos poucos temas que tanto a nível nacional como municipal, terá o maior consenso entre as várias forças políticas.-----

----- Então, porque ainda nos deparamos com tanta indiferença, com tantas desigualdades e situações de violência? O que está a falhar?-----

----- Se é consensual que é preciso mudar, acabar com a violência, com as desigualdades, que é necessário articular políticas sociais, económicas, etc., se, aparentemente, há unanimidade entre as várias forças políticas neste sentido, por que razão é tão difícil concretizar essa erradicação?-----

----- Uma explicação evidente é que não podemos defender uma coisa aqui e depois quando estamos perante a oportunidade de fazer algo, ter outra opinião e não contribuir para a mudança que é tão necessária e urgente. Este problema não é só político, mas passa fundamentalmente pela implementação efetiva de políticas da erradicação da violência.-----

----- Não foi uma, nem duas, nem três, foram várias as iniciativas legislativas que «Os Verdes» apresentaram na Assembleia da República e, independentemente de hoje, todos os partidos parecerem favoráveis a essas propostas, pelo menos nos discursos, nem sempre assim foi, porque houve votos contra essas mesmas propostas.-----

----- Portanto, o que se exige é coerência!-----

----- Estamos a falar de Direitos Humanos, estamos a falar da vida de mulheres que merecem respeito, dignidade, igualdade e justiça.-----

----- Este é um grave problema que põe em causa os direitos das mulheres, é uma violação dos direitos humanos e um obstáculo à sua participação na vida social, na vida pública e no trabalho, impedindo a sua realização como cidadãs com plenos direitos.-----

----- É preciso fazer adequar os discursos aos atos, porque são os atos e a mudança de políticas que vão fazer mudar alguma coisa neste país. Não são mais discursos bonitos mas inconsequentes, não é defender aqui uma coisa e depois, no Parlamento, onde se decidem as políticas nacionais, alguns Grupos Parlamentares, defenderem outra completamente contrária.-----

----- Aquilo que precisamos é de políticas sérias e coerentes que não permitam que as mulheres continuem a ser vítimas de violência: é preciso defender os direitos das mulheres dentro e fora do mercado de trabalho, combater ativamente a violência e a discriminação, defender medidas específicas para mulheres vítimas de violência.-----

----- É preciso defender uma igualdade efetiva entre mulheres e homens, que se não limite a medidas artificiais e avulsas. -----

----- Só assim teremos um país desenvolvido, humanizado e justo. -----

----- Reforçamos hoje o que já dissemos em sessões anteriores: um Governo antissocial não quer a igualdade, a inclusão e a plenitude de direitos. Um Governo que governa para a perda de direitos, para a discriminação e a desigualdade, no fundo, não quer acabar com a violência, pois ele próprio é promotor destas situações. -----

----- Se um Governo tem sempre dinheiro para ajudar a banca, por que não tem dinheiro para permitir que as mulheres tenham uma vida na plenitude dos seus direitos? Porque permite este Governo que mulheres tenham a sua vida em perigo? ----

----- Por opções políticas? Porque outros valores falam mais alto? -----

----- Esta é uma situação que não pode continuar porque é uma clara afronta aos Direitos Humanos. -----

----- O país tem que se unir na condenação de todas e quaisquer formas de violência contras as mulheres. -----

----- Para terminar, não podemos deixar de saudar a Assembleia Municipal de Lisboa por promover esta iniciativa, esperando que a deliberação final, fruto deste debate, vá ao encontro da resolução deste problema e que a Câmara Municipal de Lisboa possa acolher as recomendações que daí surjam. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, saudar este ciclo de debates que vai hoje na sua sessão final, e que as suas conclusões sejam profícuas, tanto no despertar consciências no tanto que falta fazer relativamente a este tema, como no aprofundar e melhorar as propostas e do próprio Plano Municipal Contra a Violência de Género que já aqui foi falado, e portanto, há sempre essa hipótese de haver esse aprofundamento. -----

----- Deixar também a indicação que, ainda hoje, a questão do assédio sexual foi também debatido no parlamento nacional por iniciativa da UMAR, uma das parceiras também deste Plano Municipal e, portanto, ainda não tive tempo de ver as conclusões desse debate, mas mostra que, de facto, é um tema que é amplamente debatido, pelo menos na Assembleia Municipal, chegou, também, à Assembleia da Republica. Mas, de facto, denota-se que não basta e que é preciso levar este debate às bases, às redes mais locais porque também, é aí que precisa de ser falado. -----

----- E relativamente a estas questões também relacionadas com a Assembleia Nacional, tal como em muitos temas, este é mais um dos temas cujas decisões legislativas demoram e é nesse momento da tomada de decisão política que se vê as diferenças que em teoria não deveriam de existir. -----

----- Depois gostaria de deixar aqui alguns pontos que gostaríamos de assinalar enquanto pontos resumos destes quatro debates, e portanto, os pontos que mais foram falados e que deverão ser aqui assinalados para pensarmos as propostas futuras, terá a ver com a temática da violência doméstica como a predominante nestes quatro temas, associado também à sua questão mais legal e também bastante importante, a questão

do assédio sexual, nomeadamente, no trabalho e também, afloradas as outras formas de violência; mutilação genital feminina, etc. -----

----- Em segundo lugar, a questão da importância das propostas políticas e também ao nível jurídico. Porque uma das conclusões que nos parece que podemos tirar dos vários debates é que de facto, apesar de todos os avanços que já houve em termos de lei no nosso país para avançar neste tema, ainda há muito por fazer, e uma das coisas que me ficou do último debate foi, de facto, a indicação que apesar de até termos algumas leis mais evoluídas que outros países, falta o sentimento de segurança que as vítimas ainda não têm quando entram neste processo e, portanto, aí também tem de haver algum aprofundamento e aqui claro, a Assembleia Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa, podem dar sempre essa força mas terá sempre que ser a nível nacional. -----

----- Por fim, em terceiro lugar, deixar a indicação que para acabar com preconceitos, só a educação, a mudança de mentalidades é que pode levar a que se acabe com esses preconceitos e, por exemplo, no fim, ou a punição do assédio sexual seria um avanço muito importante para o fim destes preconceitos. -----

----- E deixar também a nota sobre o que aqui já foi falado, hoje, em outras sessões, a importância extrema que tem as condições socioeconómicas das pessoas, Foi aqui falado, e portanto, em tempos de crise quem sai mais prejudicado são as duplas discriminações, triplas discriminações, às vezes, de que sendo mulher poderemos receber menos que um homem na mesma função e portanto, também aí estamos em desvantagem quando chega a altura de tomar alguma iniciativa relativamente a estas situações. É algo que nos deve alertar, e também para o próprio Departamento de Direitos Sociais da Câmara Municipal, ter isso em conta, portanto, num contexto de crise quando se fala do problema de sem-abrigos, quando se fala de vários problemas sociais que abatem aqui a cidade, também tem de ser ter em conta essa questão que é mais ligada às discriminações de género, falamos, por exemplo, na questão dos idosos, que os estudos indicam que as idosas, nestes casos, acabam por sofrer mais violência. As pessoas que são sem-abrigo mulheres, também acabam por sofrer mais violência, portanto, é sempre mais dupla discriminação, e também aqui na Câmara, lá está, voltamos sempre à tomada de decisão política que é o que interessa aqui no debate, e que mais debates sobre este tema floresçam. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite. -----

----- Gostava em nome do PCP agradecer à Mesa pelos contributos que nos trouxeram nesta quarta sessão, e saudar o Senhor Deputado Miguel Santos pelo seu regresso à Assembleia Municipal e dizer-lhe que tudo correu muito bem na sua ausência, e foi sempre, de facto, a sua proposta foi levada a cabo nos melhores trabalhos desta Assembleia. -----

----- Depois de ouvir todas as intervenções relativamente aquilo que podia ser uma espécie de conclusão, eu penso que há aqui uma coincidência naqueles que são os três eixos fundamentais de intervenção nas questões da violência.-----

----- Lamentavelmente, neste debate, acaba por entroncar na questão da violência doméstica sendo que, como sempre dissemos, a violência sobre as mulheres sempre foi abrangente, tem muito mais áreas e talvez, a primeira sessão tenha sido um pouco mais abrangente na abordagem das várias violências sobre as mulheres nomeadamente a questão da exploração no trabalho, a questão da desigualdade salarial, a questão da exploração na prostituição e, portanto, acabando sempre por entroncar um pouco na violência doméstica por ser talvez a questão que tem alguma resolução mais provável, ou mais exequível, e também uma resolução um pouco mais consensual, uma vez que, por exemplo, nas questões do trabalho, e duvido que o Banco Mundial algum dia tenha dito alguma coisa destas; “a exploração da mulher continua a dar muito lucro”. E por isso mesmo, a mulher continua a ser explorada e a ter um salário desigual. -----

----- Relativamente aos três eixos, penso que ficou, pelo menos daquilo que me pareceu, relativamente à educação, a prevenção, a sensibilização e a proteção serão três eixos fundamentais de intervenção. Na questão da educação, muito pode ser feito, aliás, hoje no Dia da Juventude salientava que mais de vinte anos passados sobre a primeira lei da educação sexual ela ainda não é uma realidade em todas as escolas, e com o processo de municipalização da educação que já foi aqui falado, muito dificilmente se tornará uma vez que está em curso a destruição da escola pública e, portanto, cabe-nos a nós enquanto intervenientes, ativistas e militantes, alertar para a destruição da Escola Pública, porque a destruição da Escola Pública é também a destruição de políticas de igualdade e, portanto, quem cresça com as mesmas oportunidades e quem cresça num ambiente que, de facto, seja ministrada a educação sexual e a educação para a cidadania, será necessariamente, um cidadão diferente.-----

----- Relativamente à prevenção e sensibilização, desde já parabenizar a Câmara pelo spot relativamente à questão da partilha. É muito importante este dado de 73% das mulheres que asseguram as tarefas domésticas e além do seu horário de trabalho, trabalham mais três horas por dia nas tarefas domésticas e portanto, é também uma importante fonte de prevenção e de sensibilização porque também isto é uma violência na medida em que representa algum preconceito sobre o papel da mulher na sociedade. A ela ainda lhe está cometido o papel de doméstica e a sucessiva revisão das leis laborais a têm remetido cada vez mais para casa. As mulheres são o maior número de desempregadas, são também aquelas que mais tempo trabalham a tempo parcial o que significa que ficam mais tempo em casa, são também aquelas que recebem em maior percentagem o salário mínimo nacional e continuam com uma discriminação salarial de cerca de 30%, o que muitas vezes quando alguém tem de abdicar para estar com os filhos porque não há dinheiro para creche, é a mulher que tem de abdicar do seu rendimento, e também esta situação social é fortemente potenciadora de fenómenos de violência física e psicológica.-----

----- Relativamente à questão da proteção que é aqui, talvez, a magna questão. De facto a intervenção tem de ser feita sobre as mulheres, sobre os agressores e sobre as

crianças. Mas aqui é preciso articular o trabalho municipal e o Plano Municipal é muito importante, mas temos de falar da Segurança Social, da saúde, da saúde mental, do apoio jurídico. E portanto, isto também tem sido uma proposta que tem vindo em todas as sessões deste debate, uma mulher que seja agredida ou que seja vítima de violência, não tem dinheiro para suportar as custas judiciais, não tem serviços de segurança social que a possam apoiar, os apoios sociais têm sido brutalmente reduzidos, eu diria, por exemplo, o subsídio de maternidade foi brutalmente reduzido na última revisão do Governo PSD-CDS, até mesmo o subsídio por doença foi reduzido para 55%, o abono de família foi retirado às mulheres grávidas, a majoração do abono, e também a majoração do Rendimento Social de Inserção que foi retirado às mulheres grávidas e nós sabemos que muitas pessoas que beneficiam do Rendimento Social de Inserção muitas vezes vivem em ambientes onde a violência é uma realidade diária. -----

----- Depois, na intervenção sobre os agressores, gostaria de questionar, também a Câmara se há algum plano de intervenção uma vez que a tónica do nosso sistema penal é a ressocialização, se há algum plano de intervenção de ressocialização dos agressores. -----

----- Relativamente à habitação social se tem também, algum plano uma vez que foram deixadas aqui algumas pistas e há algum trabalho sobre essa matéria sobre, por exemplo, a possibilidade de a Câmara poder negar casas a agressores, se estarão a estudar este aspeto. E se há de facto, a necessária comunicação entre os vários Pelouros, porque isto não pode ficar só com o Pelouro dos direitos sociais. Como é óbvio, o próprio plano é interdisciplinar. -----

----- E relativamente às crianças, e aqui faria o apontamento final, é muito interessante que a arte que hoje foi aqui trazida e que também tem sido vítima de muitos cortes, e os artistas também não podem, livremente, fazer a sua arte, fala-nos aqui das crianças, pelo que gostaria de saber que medidas estão planeadas e, também a todo o painel, o que é que entendem que poderia ser feito no âmbito da proteção das crianças que, de facto, são as vítimas mais do que silenciosas, e num contexto em que o abono de família tem sido retirado e já há mais de um milhão e quinhentas mil crianças que não têm abono de família por força das medidas desde o Governo PS, gostaria de saber que medidas entendem que seriam positivas. -----

----- Relativamente à arte, não se tem debruçado muito sobre esta temática, é muito importante ver que há filmes que se debruçam sobre esta temática, eu diria lembro-me de três: “Dá-me os teus olhos”, que é um filme espanhol, um francês, sobre a violência entre casais, e outro que retrata a violência sobre as mulheres. E também, gostaria de saber qual é que é a perspetiva que a Margarida Leitão tem sobre o panorama artístico e a sua relação educação pela arte contra as questões da violência.--

----- E para finalizar, nós, de facto, temos monitorização dos planos. Nós já temos cinco planos contra a violência doméstica, quatro plano contra a violência de género, tráfico de seres humanos, mutilação genital feminina. Nenhum governo alguma vez incluiu nenhuma das medidas críticas, e nomeadamente, neste caso, tem que ser os governos PS, e creio que o Senhor Professor Dr. esteve envolvido nestes planos, todas

as organizações não-governamentais foram ouvidas para a monitorização dos planos, nenhuma medida de correção aos planos foi incluída nos planos subsequentes. Eu gostaria de perguntar se, de facto, ainda não foi nada feito porque não há vontade política? E se a violência que existe é também ela hoje, uma violência de Estado que perpetua a desigualdade entre mulheres e homens? -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todas e a todos.-----

----- Em primeiro lugar, agradecer à Senhora Presidente. De facto, não me inscrevi no início, e saudar o PAN e o Senhor Deputado Miguel Santos, pela proposta, e naturalmente a Assembleia Municipal de Lisboa pela iniciativa.-----

----- Concretamente, em relação àquilo que estamos a debater, eu não estive nas sessões todas, mas tive em algumas e tenho a articulação muito próxima com o Senhor Vereador João Afonso, e todas as questões que fomos levantando ao longo das sessões passam, na minha opinião, por intervenções no plano da política pública municipal mas também no plano de política pública, ou da produção de políticas públicas nacionais.-----

----- A monitorização é fundamental, o diagnóstico é fundamental, mas podermos ter medidas concretas, instrumentos jurídicos que nos permitam atuar e poder suportar medidas concretas, é fundamental.-----

----- Do ponto de vista da educação, do ponto de vista daquilo que são as condições de vida em que todas, todos, estamos a viver neste momento, que condicionam a reação das vítimas, mas que condicionam a emancipação das pessoas vítimas de violência doméstica e de género. De facto, toda a atuação é uma atuação transversal, e não pode ser só num determinado setor. -----

----- Portanto, eu partilho da posição do Professor Dr. Manuel Lisboa em relação, muito particularmente, à questão da educação. Nada se faz se não for de pequenino, e de pequenina, para que não se perpetuem, não se repitam modelos de atuação e modelos de vivência, e as pessoas perceberem que há outros modelos de vivência para além daquele a que estão confinados, ou se sentem confinados, portanto, quebrar esse ciclo, e acima de tudo, pensar no crime que muitas vezes ocorre entre quatro paredes, mas não só, que não é por isso que ele tem de ser invisibilizado, e que as próprias vítimas, embora seja uma situação muito sensível, tenham a perceção que isto não diz respeito só a elas, e não diz respeito só a eles, diz respeito a todos nós como cidadãos e como promotores de políticas públicas. -----

----- Em relação à habitação, em particular, e espero, e é uma expectativa que eu tenho como Vereadora, que no final deste debate, à semelhança deste tipo de intervenção da Assembleia Municipal, é que daqui saia uma deliberação clara, ou uma recomendação clara à Câmara, sobre determinadas questões. Isto não se faz sozinho, não é só a vereação que deve fazer caminho neste sentido. -----

----- Mas em relação á habitação, nós estamos a trabalhar num processo de revisão no quadro regulamentar da habitação, por razões várias, não só por causa da tão falada Lei 81, do novo arrendamento apoiado, mas porque queremos rever os problemas da

habitação, e esta é fundamental não só naquilo que tem a ver com a possibilidade da discriminação positiva ou da proteção no processo de atribuição, mas acima de tudo no processo de gestão da habitação social. Como é que nós conseguimos proteger a vítima? Como é que nós conseguimos garantir o direito a habitação? Sendo que, muitas vezes, é a mulher que sai com os filhos do fogo municipal. E que instrumentos jurídicos é que nós podemos ter claros para que possamos retirar o agressor do processo e do fogo municipal, independentemente disto ser muito polémico, e eu sei que é porque há um outro direito associado e que tem a ver com o direito à habitação, e a pessoa que sai, seja ele homem, ou mulher, o agressor, ou a agressora, passa a estar numa situação do direito de habitação ser diminuído, se quisermos. Mas é preciso tomar uma posição, nisto é preciso tomar um lado, e eu estou a trabalhar com o Vereador João Afonso, e com outros vereadores, neste sentido, e trabalharei com todos os senhores e senhoras Deputados que queiram colaborar. E peço ativamente a todos os Senhores Presidentes de Junta que queiram colaborar neste processo. -----
----- Finalizando, não como vereadora, mas como cidadã, ativista e atriz, em tempo, e não foi há muito, eu colaborei num projeto de elaboração de vários vídeos para sensibilização de agressores e empoderamento de pessoas vítimas de violência doméstica. Esse trabalho foi feito com a CIG e para a CIG, eu também gostava de saber se esse resultado, o resultado deste trabalho, de tantos e tantos atores e técnicos que se empenharam neste processo e neste projeto, qual o resultado e se ele podia, eventualmente, disponibilizar para fora daquilo que é o âmbito da CIG, porque acho que através da arte e da expressão artística podemos, de facto, chegar mais além. -----
----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta** na qualidade de moderadora do debate, referiu o seguinte:-----
----- “Terminámos as intervenções, eu agora vou dar a palavra à Mesa, e irei dar por ordem inversa, se não se importam. Portanto, começarei pelo Senhor Vereador João Afonso, depois darei a palavra à Mestre Beatriz Pacheco, depois ao Professor Dr. Manuel Lisboa e a nossa realizadora, Margarida Leitão, ficará no fim.” -----

----- **INTERVENÇÕES FINAIS ORADORES** -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso,** Vereador dos Direitos Sociais na Câmara Municipal de Lisboa, fez a seguinte intervenção final:-----
----- “Eu creio que estaremos sempre no princípio. Este é aquele tema que teremos que estar sempre no princípio, voltaremos sempre ao princípio, temos de estar sempre no princípio. Nunca poderemos esquecer este tema, nunca poderemos parar de nos lembrar que este tema está sempre no princípio. Qualquer que seja o ponto há sempre algo para começar e para continuar a fazer este trabalho porque a igualdade não é nunca um dado adquirido, tal como a democracia e por isso, temos sempre que começar.-----

----- É óbvio que estamos em tempos de crise. Criaram-nos esta crise. O fim a tentativa de destruição das condições de subsistência básicas de cada cidadão, o fim da escola pública, o fim do sistema nacional de saúde é algo que não podemos aceitar, é algo que temos de continuar a lutar e, obviamente, a violência doméstica, a violência

de género, a violência homofóbica e a transfobia, aumentam exponencialmente conforme as condições de vida, as condições de desigualdade são ampliadas e são provocadas. Não nos podemos perder neste conceito, nesta ideia. -----

----- Quando falamos de planos, a questão aqui é sempre de integrar e olhar todas as vertentes. É preciso trabalhar isto na cultura, quer pelo Pelouro da Cultura, quer pela EGEAC, temos de trabalhar isto no desporto, e eu lembro uma das primeiras coisas que eu fiz, nesta Câmara, com o Vereador Jorge Máximo, e que foi uma Conferência Internacional que falava das questões da igualdade e da integração social pelo desporto. Temos de falar da formação de todo o pessoal da Câmara e falo daqueles que atendem nos balcões, estamos a falar das pessoas que estão nos gabinetes da GEBALIS, estamos a falar do Regimento de Sapadores de Bombeiros, da Polícia Municipal, das pessoas que trabalham no Departamento de Desenvolvimento Social, estamos a falar de todos, dos Vereadores, também, estamos a falar do trabalho que se faz nas Comissões de acompanhamento de crianças e jovens, estamos a falar do trabalho das freguesias que é essencial e estrutural, se a Câmara está mais próxima, com certeza todas as Juntas de Freguesia, e estão aqui vários Presidentes de Junta, é disto que estamos a falar, é desta necessidade de estruturar o trabalho, de fazê-lo de uma forma mais estruturada. -----

----- Sobre o que disse o Senhor Deputado Miguel Santos, que felicito por esta iniciativa, e a Assembleia Municipal por ter aceite e por tê-lo desenvolvido, é obvio que para mim a educação para a cidadania é estrutural, se ele passar a ser obrigatória eu estarei na linha da frente para apoiar essa iniciativa. Acho que a carga escolar está distorcida, acho que não devemos ter exames para avaliar o ensino primário, acho que não devemos ter provas constantes, acho que devemos ter uma educação para a cidadania, isso sim, fará de nós uma sociedade mais justa, mais exigente. -----

----- E com isto termino, agradecendo o trabalho destas quatro sessões e fazendo votos que as conclusões desta Assembleia sejam mais um contributo para a luta pela igualdade na nossa sociedade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Mestre Beatriz Pacheco**, do Centro de Estudos Judiciários, fez a seguinte intervenção final: -----

----- “Antes de mais, de facto, também foi dito aqui pela Margarida Leitão que o filme acaba por ter um fim em que ela cede e acaba por deixar o agressor para trás, e sabemos que na realidade, tal como foi dito, não é bem assim, e como também o Senhor Professor há bocado aflorou, agora começa-se a falar da violência filio parental, isto é de filhos para os pais, e de facto, as vítimas, de hoje, também podem ser agressores amanhã, portanto, é muito importante toda a intervenção sobre as vítimas e sobre os agressores. -----

----- Agora sim, passando aos códigos e também respondendo mais diretamente à Senhora Deputada Carla Madeira, quanto a ser um crime violento, evidentemente, que é um crime violento como assim é reconhecido através da Convenção de Istambul, e como eu também disse, se atenta contra bem juritis como a dignidade humana, a

saúde, a integridade física e psíquica, não pode deixar de ser um dos crimes mais violentos a que assistimos. -----

----- Quanto às medidas de coação, a obrigação de permanência na habitação será uma medida de coação suficiente? Eu penso que isolada, não. Mas se acumularmos, como é permitido no próprio artigo que prevê a obrigação de permanência na habitação, mas não vou estar aqui a maçar com artigos legais, se acumularmos com uma obrigação de proibição de contacto com a vítima, e a meu ver como obrigação de afastamento da residência, isto é, não deve ser a vítima a ter de ir para a casa de abrigo e muitas vezes levando a criança atrás, mas deve ser o agressor a ser obrigado a sair da residência. E se juntamente com isso também tivermos um meio de controlo à distância, aí penso que com as três medidas será uma medida de coação apta a afastar o perigo. -----

----- Em relação à suspensão provisória do processo, se é verdade que muitas vezes sucede a nível de justiça, neste campo, e está previsto no 281, também é verdade que aqui não queria deixar de dizer que isto só pode acontecer com requisitos muito restritos. Primeiro tem de haver a concordância da vítima, e depois também nunca poderia ter havido nenhuma condenação por um crime igual, nem outra suspensão provisória do processo, e só se a pena for até cinco anos, isto é, naqueles casos que eu há bocado disse em que acabam com a desgraça enorme da morte das vítimas, nunca na vida se poderia ir por aqui, felizmente, porque a pena aí vai até dez anos de prisão pelo que nunca se pode recorrer à suspensão provisória do processo. -----

----- De qualquer forma, outro dos requisitos é a ausência do grau de culpa elevado, e penso que, exatamente por ser um crime violento, e se for práticas reiteradas e com a assistência das crianças, nunca na vida se poderia ir para a suspensão provisória do processo. -----

----- Quanto à proteção das crianças, não resisto aqui, para terminar, porque também é evidente que a violência contra as mulheres não é só a violência doméstica, abrangendo violência física e psíquica, etc., em relação contra as crianças, não posso deixar de dizer também que uma reforma legal essencial seria alterarmos o crime de atos sexuais com adolescentes uma vez que prevê uma pena, no máximo, até três anos de prisão, sendo uma pena igual ao furto de um veículo, e aí sim estamos manifestamente contra a Convenção de Istambul, sendo que a Convenção de Istambul impõe a tentativa deste crime e nem sequer é isso que sucede no nosso código penal. Portanto. Em relação aos adolescentes e às crianças penso que de facto é essencial uma intervenção legal neste campo. -----

----- Obrigada por tudo.”-----

----- **O Senhor Professor Doutor Manuel Lisboa**, do Observatório Nacional da Violência de Género da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, fez a seguinte intervenção final: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tinha aqui sete pontos, mas eu vou ter de fazer aqui um esforço de síntese muito grande para tocar em aspetos extremamente importantes que foram aqui abordados e algumas questões aqui colocadas. -----

----- Eu gostaria de começar por um dos últimos que penso que foi a Senhora Deputada do PCP que colocou, e que é a questão da natureza desta violência. -----

----- Eu recordo que não é por acaso que a Convenção de Istambul se chama “Violência Contra as Mulheres, incluindo a Doméstica”, um processo que conheço bem porque fez parte do grupo de peritos do Conselho da Europa que está na origem, justamente, desta convenção, e aquilo que se pretendia num determinado momento, algumas pessoas, dentro do Conselho da Europa, a partir de um determinado momento era confinar isto tudo à violência doméstica. Ora, quando dizemos que esta violência é uma violência de género, não está confinado ao espaço casa/família, é exterior ao espaço casa/família, o espaço casa/família é mais um dos espaços onde, efetivamente, se pode passar essa violência mas ela tem outras dimensões cá fora, no local de trabalho, no teatro de guerra, ao nível das discriminações múltiplas, sob ponto de vista das etnias, etc., ao nível da homofobia, tal como o Senhor Vereador disse, ou seja, ela tem múltiplas dimensões. -----

----- A grande questão é a relação com o outro e como é que esta relação pode ser uma relação que é articulável ou é uma relação que se hierarquiza sob a forma de poder. ---

----- Realmente, as discriminações múltiplas têm vários domínios, onde está também a dimensão económica, mas não única.-----

----- Relativamente àquela violência que se passa no espaço casa-família, eu recordo que o primeiro estudo que foi feito, em 1995, por nós, no primeiro inquérito nacional, foi da violência contra as mulheres só que os resultados foram de tal forma impactantes sobre o local onde era mais provável isto acontecer, e eram locais da casa-família, que se começa a discutir cada vez mais um tipo particular de violência que é a violência doméstica. Mas ela não esgota, ela não pode ser encerrada aí. Encerrar aí, mesmo que isso pudesse facilitar o ponto de vista jurídico para a produção de prova, limitava extremamente na compreensão do fenómeno e, justamente, na sua erradicação. -----

----- Não podemos esquecer que mesmo a chamada violência doméstica não é um somatório de violência contra as mulheres, da violência contra as crianças e da violência contra os idosos. As crianças e os idosos, são meninos e meninas, homens e mulheres, respetivamente. E nós sabemos que a probabilidade de elas serem vítimas, as meninas e mulheres, é maior. Aliás, em relação às crianças é muitas vezes, ou é fundamentalmente aí que tudo começa, numa violência simbólica que se vai inscrevendo. -----

----- Uma outra questão; porque é que é tão difícil erradicar esta violência? Porquê estes ciclos de violência que nós vimos no filme? -----

----- Uma das nossas investigadoras terminou uma tese de doutoramento, justamente, tentando analisar este fenómeno, em relação à reação, justamente, das vítimas. É porque a inscrição que se vai fazendo é uma inscrição emocional nos agressores e nas vítimas, e que vem desde muito cedo, de tenra idade, e faço numa altura em que nós não temos inscrições, não temos ainda um controlo do ponto de vista emocional. Grande parte destas ações não são controláveis racionalmente. Sabemos hoje, cientificamente, que elas vêm de outro lado. E esta coloca uma questão muito

importante relativamente aos agressores; será que é possível mudar, alterar, transformar os agressores adultos? Eu tenho uma posição em relação a isto, ou seja, todos aqueles que quiserem, efetivamente, submeter-se aos processos de ressocialização, porque de alguma forma, é disso que se trata, muito bem. Em relação aos outros, eu tenho muitas dúvidas.-----

----- Estudos internacionais que existem, nomeadamente em Espanha, mostram que a maior parte dos agressores não quer sujeitar-se aos programas, e daqueles que se sujeitam aos programas, a maior parte abandona, dos que chegam até ao fim, uma parte significativa volta a reincidir, ou seja, a taxa de sucesso a esse nível, é realmente muito reduzida por causa desses processos de inscrição que são extremamente profundos do ponto de vista emocional e identitários, ou seja, muitas vezes essa transformação significa que o agressor tem muitas vezes que se desconstruir em relação a toda uma identidade da masculinidade baseada na ideia do controlo, do poder, etc.-----

----- Uma outra ideia que se tem, muitas vezes, é a de que os agressores são doentes, o que não é verdade. Essa tese foi defendida há vinte anos atrás. Fizemos vários estudos de investigação, no Canadá, em vários países da Europa, que mostram que os agressores são pessoas como nós somos. Claro que há pessoas com patologias do ponto de vista psicológico, mas existem os agressores tal como existem os não agressores, ou seja, a questão não é uma questão meramente de patologia, aliás, se fosse nós até podíamos desculpabilizá-los, um pouco. Mas, não. É uma questão de facto, de cidadania, e daí a questão da educação e da intervenção a esse nível ser extremamente importante.-----

----- Um outro aspeto que gostará de referir é a questão de quais são, então, as medidas a realizar a esse nível?-----

----- Neste momento, dá-se um grande ênfase à prevenção, o que não significa deixar o combate de um ponto de vista jurídico, de um ponto de vista policial, e a proteção das vítimas, como dizia, há pouco, a Senhora Deputada, a dimensão da habitação é fundamental a esse nível. Pelo contrário, significa que essa é uma condição necessária. Normalmente aí, e foi aí, que todos os Estados ao nível Europeu, em termos de políticas públicas, começaram. Começaram pela justiça, pelas leis, começaram pela polícia, e chegaram à conclusão que era uma condição necessária mas que não era uma condição suficiente. E não é uma condição suficiente, tal como disse há pouco, porque este fenómeno é estrutural e não é meramente conjuntural.-----

----- Finalmente, em relação à questão dos planos, e provavelmente, algumas questões escaparam-me, de facto, é verdade, desde 1995, que de alguma forma a nossa equipa tem estado ligada a todas as políticas públicas que se tem feito neste domínio de todas as áreas políticas, partidárias, portanto, não é circunscrita em nenhuma área específica, cada uma terá as suas particularidades, mas não é circunscrita a nenhuma área partidária.-----

----- O que posso dizer em relação a isso, nós não somos responsáveis pela aplicação das políticas e dos planos, isso não somos, como é evidente. Mas o que lhe posso dizer é que do terceiro para o quarto plano há um salto considerável, onde as

questões de género, antecipando, aliás, a Convenção de Istambul, há um salto muito grande em relação à inclusão das questões de género e que não envolve só os homens e as mulheres, envolve também relações entre pessoas do mesmo sexo, o namoro, também, e que estão plasmadas no ponto de vista do Código Penal e legislação específica a esse nível. -----

----- Do quarto plano para o quinto plano, não há, de facto, alterações significativas, também o reconhecimento. Eu diria que o plano onde houve uma maior alteração do ponto de vista de redefinição de toda a estratégia de intervenção a este nível foi, a meu ver, do terceiro para o quarto plano. Do quarto para o quinto plano, houve apenas a continuação do que já estava definido no quarto plano, enfim, relativamente à monitorização desses planos.” -----

----- **A Senhora Margarida Leitão**, realizadora, autora da curta-metragem “Zoo”, fez a seguinte intervenção final:-----

----- “Agradeço, novamente, e queria apenas dizer umas breves palavras.-----

----- Realmente, eu fiz este filme porque queria dar visibilidade à questão muito específica da violência doméstica e acho que através da expressão artística isso é uma forma interessante para, não só eu como artista questionar, como também pôr o público a questionar-se. Realmente, há sempre uma grande dificuldade em divulgar estes trabalhos. Este filme já tem algum tempo e foi financiado, um dos financiadores, é a RTP. Poderia passar em qualquer momento na RTP e ser divulgado quando eles quisessem dado que são coprodutores. Mas isso não acontece tanto quanto eu gostaria, como artista e realizadora, e integrado, às vezes, como hoje, no âmbito de debates, ou numa conversa, ou algo assim.-----

----- Por isso, quando eu disse que iniciativas como estas são muito importantes, para nós artistas, para mim em particular, é muito importante porque é das poucas oportunidades que às vezes há para poder mostrar o trabalho, e de até debater, e interrogarmo-nos e questionarmo-nos, enfim, chegar a conclusões, ir mais longe, ou seja, acho que os filmes possam provocar, possam levar mais longe quer os artistas, quer o público que os assiste. E nesse sentido, tenho trabalhado em temáticas que me inquietam. Achei interessante, por exemplo, o facto de haver um eventual estudo sobre o endividamento e a questão da violência doméstica. Fiz um documentário sobre endividamento com o crédito, e acompanhei a realidade de perto com algumas famílias e como isso afetava, a vários níveis, por acaso é um estudo que me interessaria, enfim, continuar.-----

----- Queria só realçar uma ideia, no filme quando a mulher entra no carro é porque para ela não há outra solução. Eu acho que o carro pode ser uma representação da dependência económica, ou de outra qualquer dependência que ela tem. Portanto, na sua realidade social ela não vê outra solução sem ser ficar com o agressor. E realmente, eu acho que é necessário acabar com o ciclo vicioso da violência através da mudança de comportamentos, de agressores e vítimas, mas eu agora, gostava de ir mais longe, acho que devemos implicar toda a sociedade, devendo esta ter um empenho, e os vários agentes ligados à educação, à saúde, ao mercado laboral, à justiça que foi aqui muito, também, aqui falada, acho que deve-se criar alternativas,

outras saídas, outros caminhos em que iniciativas como estas traduzam-se em situações concretas.-----

----- Agradeço, mais uma vez, ter podido mostrar aqui o filme e ter podido participar neste debate. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta**, na qualidade de moderadora do debate, concluiu: -----

----- “Nós é que agradecemos aos nossos oradores, pelo filme, pelas várias mensagens que aqui nos deixaram. -----

----- Vamos agora, refletir aquilo que poderá estar ao nosso alcance ao nível de deliberação política. -----

----- Muito boa tarde, Senhores Deputados.-----

----- Quinta-feira, não se esqueçam, aqueles que possam e queiram, temos aqui a peça de teatro “Faz Escuro nos Olhos”, sobre esta mesma temática, pela equipa de teatro GRIOT, que é uma equipa de origem africana e que trás uma peça original.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----